

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**CURSO DE GEOGRAFIA**

**Os usos da água, urbanização e conflitos ambientais em Viçosa-MG:  
reflexões acerca das discussões realizadas no processo de elaboração  
do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa-MG.**

**Silvano Souza Dias**

**Dezembro/2010**

**Viçosa/MG**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**CURSO DE GEOGRAFIA**

**Os usos da água, urbanização e conflitos ambientais em Viçosa-MG:  
reflexões acerca das discussões realizadas no processo de elaboração  
do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa-MG.**

Monografia apresenta à Universidade  
Federal de Viçosa para obtenção do grau de  
bacharel em Geografia

**Discente:** Silvano Souza Dias

**Orientadora:** Lídia Lúcia Antongiovanni

**Dezembro/2010**

**Viçosa/MG**

**Monografia defendida e aprovada em 06 de Dezembro de 2010, perante banca  
examinadora composta por:**

---

Lídia Lúcia Antongiovanni  
Orientadora

---

Ulysses da Cunha Baggio  
Examinador

---

Fernanda Ayaviri Matuk  
Examinadora

*“[...] Como podes comprar ou vender o céu, o calor da terra? Tal idéia nos é estranha. Se não somos donos da pureza do ar ou do resplendor da água, como então podes comprá-los?”*

(Carta do Chefe Seattle ao presidente dos Estados Unidos.)

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, à sociedade brasileira que me permitiu, através de seu suor e seu trabalho, estudar e me formar em uma instituição pública.

À toda minha família, em especial aos meus pais, que com muito amor e dedicação não deixaram que eu me curvasse diante das dificuldades. Ao meu irmão e minha irmã, cujo amor e amizades sempre foram estímulos para as horas difíceis.

À minha namorada, Maria Auxiliadora, que sempre me apoiou com amor e compreensão.

Aos meus amigos, pessoas que sempre estiveram ao meu lado e fazem parte direta e indiretamente deste trabalho, Alexandre, Mahyhaly, Leo, Rosilene, Claudinei, Roberto, Paulo Junior, Marcim, Leandro, Nilo. Aos amigos do Cursinho Popular DCE, às amigas do tempo de NIEG, aos amigos da AGB... Enfim, não é possível citar todos os amigos, mas aqueles que estiveram comigo ao longo dessa caminhada se sintam agradecidos.

À Prof.<sup>a</sup> Lídia, pessoa pela qual tenho grande admiração e respeito, pela paciência, dedicação nas orientações deste trabalho.

À Prof.<sup>a</sup> Paula Bevilacqua pelo período de grande aprendizagem e crescimento pessoal nos trabalhos realizados sob sua orientação no NIEG.

A todos os professores, professoras, funcionários e funcionárias do departamento de Geografia da UFV.

## Sumário

|  |    |
|--|----|
| RESUMO.....  | 7  |
| INTRODUÇÃO .....   | 8  |
| 1 – PROBLEMATIZAÇÃO DOS CONFLITOS EM TORNO DOS USOS DA<br>ÁGUA NO PERÍODO NEOLIBERAL: ÁGUA É TERRITÓRIO.....   | 12 |
| 1.1 – Controle dos usos da água: consequência da desordem ecológica global no<br>período neoliberal .....  | 12 |
| 1.2 – O uso da água e a noção de conflitos ambientais .....  | 17 |
| 2 – USOS DA ÁGUA EM VIÇOSA-MG NO CONTEXTO DA POLÍTICA<br>PÚBLICA DE SANEAMENTO BÁSICO.....   | 21 |
| 2.1 – Município de Viçosa-MG: Crescimento urbano e demanda por água.....   | 21 |
| 2.2 – Viçosa-MG no contexto do Plano Nacional de Saneamento Ambiental .....  | 30 |
| 3 – ELEMENTO PARA A COMPREENSÃO DOS USOS DA ÁGUA EM<br>VIÇOSA-MG: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO<br>MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE VIÇOSA ..... | 36 |
| 3.1 – Problematizações acerca dos usos da água em Viçosa a partir das falas da<br>população local .....  | 41 |
| 3.2 – A fala dos especialistas .....   | 55 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 62 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 65 |
| ANEXOS .....   | 68 |

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar os problemas envolvendo o abastecimento de água no município de Viçosa, Minas Gerais, fundamentalmente os aspectos ligados aos usos, controle e autonomia da população sobre a água em um contexto de intenso crescimento urbano vivenciado pela cidade nas últimas décadas que ameaça abastecimento de água à população. Para tal, analisamos as reuniões públicas realizadas ao longo do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento, levantamos os principais problemas relacionados à água apontados pela população, assim como, a localização destes problemas. Através destes dados, procuramos demonstrar, mesmo que de maneira introdutória, como o tema foi apropriado e discutido de maneiras diferenciadas pela população dos bairros e das áreas rurais onde foram realizadas as reuniões. Percebemos a existência de indícios de conflitos ambientais em torno da água em Viçosa, principalmente em função do processo de urbanização, caracterizado pela relação fisiológica entre o poder público e o capital privado, e da extinção de modos tradicionais de usos, apropriação e controle da água por parte da população. Além disso, a partir das concepções e avaliações dos técnicos responsáveis pela elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa a respeito dos problemas relacionados à água no município, verificamos que o tema não teve espaço para uma discussão mais aprofundada no âmbito do processo de elaboração do referido plano.

**Palavras-chave:** usos da água, urbanização, conflitos ambientais, Plano Municipal de Saneamento Básico.

## INTRODUÇÃO

A água, elemento vital para o ser humano, se faz presente em todos os aspectos de sua vida, desde as atividades cotidianas até mesmo enquanto componente de seu próprio corpo. Atualmente observamos através da mídia o aceno de um futuro incerto quanto a esse recurso imprescindível para a vida na terra. O modelo desenvolvimento capitalista ocidental, baseado em uma sociedade consumista, coloca em risco o acesso a água no futuro próximo, sobretudo quando esta é transformada em mercadoria.

Vivemos em um período de crise da sociedade que se alastra para o meio ambiente ocasionando o que Porto-Gonçalves (2006) chama de desordem ecológica global. Essa desordem, associada ao discurso da escassez da água, vem atraindo os olhares daqueles que pretendem auferir lucros por meio da incorporação de bens naturais como a água. As guerras que hoje são travadas em torno do petróleo, futuramente poderão ser travadas pela água, uma vez que o acesso a essa é desigual.

Grandes corporações, tais como Coca-cola e a Nestlé, já começam a estender seus tentáculos pelos territórios onde a água corre de maneira abundante, apoiadas por medidas de organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, que visam, em última instância a transformação da água em mercadoria. Assim, grandes empresas que atuam no processo de apropriação da água vislumbram nos serviços de saneamento, através da obtenção da concessão do abastecimento de água em nível local ou regional, uma forma de lucrarem com a suposta escassez. Neste processo de privatização da água há que se analisar quais são os papéis das medidas sociais que envolvem o acesso à água.

Um dos elementos é o planejamento urbano do acesso à água e do tratamento dos resíduos nas cidades incorporado pelo nome de “saneamento básico”. Como esta noção é mais técnica do que socialmente construída, e por estar diretamente relacionada aos usos da água na sociedade urbano-industrial, é que propusemos este estudo, com base no acompanhamento do processo de elaboração do plano municipal de saneamento básico de Viçosa-MG o quê, aliás, suscitou os questionamentos que geraram este trabalho.

Diante do processo de implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico, coordenado pelo Ministério das Cidades, que prevê a realização de Planos



Municipais de Saneamento Básico, acreditamos ser de grande relevância a apreensão de como estão sendo debatidos pelos cidadãos os problemas relacionados à água em âmbito local.

O interesse em realizar este trabalho surgiu ao longo do período de estágio que realizamos junto à equipe técnica da FUNARBE (Fundação Arthur Bernardes)<sup>1</sup> que organizou e promoveu o debate público para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Para realizar tal estudo analisamos o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico no município de Viçosa-MG, através do acompanhamento das reuniões com a sociedade civil. Tendo em vista que um dos agravantes do uso da água na área de estudo são a implantação da Universidade Federal de Viçosa e o rápido crescimento urbano, que vêm demandando um retorno da cidade em termos de infraestrutura urbana para recepcionar o grande número de alunos que chegam à cidade, além de toda demanda gerada neste processo.

Aparentemente, a questão do saneamento básico é algo consensual na nossa sociedade, como se somente esta solução para o abastecimento de água de uma cidade fosse viável. Observamos também que ao longo do referido processo, o tema relacionado à água foi pouco debatido pela população, o quê, a princípio, se apresentou paradoxal, afinal a cidade, nos últimos anos, vem apresentando dificuldades neste setor. Assim, levantamos alguns questionamentos que estimularam o presente debate. A metodologia utilizada pelos técnicos não propiciou esse debate? Ou a população não teve acesso a informações a esse respeito por parte do poder público que lhe proporcionassem uma maior apropriação do assunto? Os discursos hegemônicos apresentados apontam esse problema como de fácil solução em função das técnicas disponíveis? Qual seria a importância de uma maior apropriação, não só deste tema em específico, mas dos problemas, principalmente de ordem urbana, que afetam o município, levando-se em consideração toda a dinâmica de produção do espaço urbano?

Estas questões são de fundo norteador, não temos a pretensão de responder todas as questões acima levantadas, não só pelo grau de aprofundamento que elas

---

<sup>1</sup> A FUNARBE venceu uma licitação junto a Prefeitura Municipal de Viçosa para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa, constituindo uma equipe técnica para tal composta de professores da UFV, técnicos e estagiários.

suscitam, mas porque pretende-se iniciar uma reflexão de caráter exploratório a respeito desse tema, que se constitui um dos aspectos dos problemas de ordem social e ambiental que vêm ocorrendo em escala global, mas que apresentam suas especificidades em âmbito local.

Portanto, a partir dos espaços de debates que são proporcionados ao longo do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, é possível perceber elementos da exposição do tema, bem como, da sua apropriação pela população. Ao analisar o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa privilegamos o item que se refere ao abastecimento de água, lembrando que a água perpassa todos os itens relativos ao saneamento. Portanto, pretendemos analisar aspectos ligados ao controle e acesso à água, ou seja, a maneira que a captação, tratamento e abastecimento d'água foram discutidos com a população ao longo do processo de elaboração desse plano.

A escolha do tema, ou melhor, da água, dentre os quatro itens que compõem o saneamento básico, a saber, a drenagem urbana, resíduos sólidos e esgoto, se justifica pelo fato de que nos últimos anos a cidade vem sofrendo - principalmente nos períodos de estiagem, no inverno - problemas no abastecimento de água levando ao risco de racionamento, além dos problemas de uso e ocupação do solo urbano, elementos constituintes desse processo.

Por meio da análise das reuniões públicas realizadas ao longo das discussões do Plano Municipal de Saneamento, levantamos os principais problemas relacionados à água apontados pela população, assim como, a localização destes problemas e, através destes dados, procuramos apreender, mesmo que de maneira exploratória, como o tema foi apropriado pela população. Além disso, analisamos as concepções e avaliações dos técnicos responsáveis pela elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa a respeito dos problemas relacionados à água no município, bem como das discussões com a população.

Uma das principais fontes de dados utilizadas neste trabalho consiste nas atas das reuniões públicas realizadas no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa, pois essas contêm todo o diagnóstico e discussões promovidos pela equipe técnica com a população. Outros dados utilizados foram obtidos através da observação participante, uma vez que foi realizado um estágio junto à equipe técnica que elaborou o Plano Municipal de Saneamento Básico de

Viçosa, e de entrevistas semi-estruturadas junto aos membros da equipe técnica responsável pela elaboração do plano.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro procuramos discutir a questão da água no contexto da globalização neoliberal a partir das contribuições de Porto-Gonçalves (2006) e a partir da noção de conflitos ambientais proposta por Acsehrad (2004), que nos permite uma apreensão do tema em âmbito local.

No segundo capítulo traçamos um panorama geral do processo de urbanização de Viçosa e suas conseqüências sobre a demanda por água na cidade. Além disso, contextualizamos a inserção do município no processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico e dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

No último capítulo realizamos uma análise das atas das reuniões públicas realizadas pela equipe técnica nos bairros e comunidades rurais do município, procurando verificar como foram discutidas as questões relacionadas, principalmente ao controle, ao acesso e à autonomia no uso da água, durante essas reuniões. Objetivamos, ainda nessa parte, verificar a percepção dos técnicos envolvidos na elaboração do plano da participação da população. Por fim, fizemos breves considerações finais.

## **1 – PROBLEMATIZAÇÃO DOS CONFLITOS EM TORNO DOS USOS DA ÁGUA NO PERÍODO NEOLIBERAL: ÁGUA É TERRITÓRIO**

Quando nos propomos a discutir as questões relativas à água não podemos perder de vista que os problemas que as cidades enfrentam atualmente não estão descolados de um processo que ocorre em escala mais ampla, que faz parte de uma dinâmica de âmbito global. O discurso da escassez de água está sendo propagado cada vez com maior intensidade por organismos internacionais e pela mídia, alertando para um futuro catastrófico. Resta-nos saber o que se esconde por trás desse discurso, qual é a intenção daqueles que o defendem e suas conseqüências nas dinâmicas espaciais. Buscamos essa apreensão a partir, principalmente, das análises de Porto-Gonçalves (2006).

É necessário, ainda, que tenhamos aportes teóricos que nos permitam compreender as repercussões dessa dinâmica em escalas locais. Nesse sentido, procuramos na noção de conflitos ambientais, a partir das diferentes formas de apropriação material e simbólica do território e de seus recursos propostas por Acselrad (2004), esse aporte teórico pode nos auxiliar na compreensão das discussões realizadas com a população de Viçosa-MG ao longo do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

### **1.1 – Controle dos usos da água: conseqüência da desordem ecológica global no período neoliberal**

Atualmente é possível perceber um crescente debate em torno da necessidade de conservação, do controle e dos usos da água. Há a propagação de um discurso de escassez, onde cenários catastróficos vislumbram um futuro onde guerras serão travadas pelo acesso a esse recurso natural utilizado com intensidade cada vez maior em função do modelo de desenvolvimento hegemônico difundido. Este problema vem despertando, de maneira cada vez mais intensa, o interesse de grandes corporações para a apropriação/privatização da água, o que, por sua vez, tem gerado conflitos em vários países ao redor do planeta.

Em Cochabamba (Bolívia), por exemplo, no ano de 2000 ocorreu um conflito que ficou conhecido como “Guerra da Água”. Os serviços de abastecimento de água

da cidade foram concedidos, a partir de contratos escusos, à empresa estadunidense Bechtel. O conflito ocorreu em função dos aumentos abusivos para o serviço de fornecimento da água, que deixou grande parcela da população sem condições de pagar. Entretanto, a partir da luta da população, esse conflito ensejou novas formas de gestão democráticas da água naquela cidade (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Para melhor compreender o contexto socioespacial onde se inserem esses conflitos, Porto-Gonçalves (2006) nos oferece uma análise dessa temática em um contexto mais amplo, o da globalização. De acordo com esse autor, estamos na fase da globalização neoliberal onde: *[...] o território é uma categoria analítica que nos remete à inscrição da sociedade na natureza e, assim nos obriga a considerar as relações sociais e de poder que estão imbricadas na relação das sociedades com a natureza.* (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 418).

Corroborando com a importância do vínculo espacial nesta análise, Ribeiro (2008) argumenta que os processos naturais estão inscritos dentro de uma organização territorial histórica. Os cursos d'água, por exemplo, são fruto de processos naturais que se realizam sobre territórios demarcados pela história. Neste caso, uma bacia hidrográfica pode englobar diversas unidades territoriais, como a própria bacia e outras de caráter administrativos como estados, municípios e em âmbito internacional.

Uma das principais características do atual estágio da globalização sob a égide neoliberal, caracterizada pela forte influência no controle e gerenciamento dos recursos naturais dos países da periferia do capitalismo, é a nova roupagem que ganha o processo de colonização, pautada na dívida externa dos países periféricos e nos ajustes recomendados pelos organismos internacionais, enquanto seus principais instrumentos de dominação política. Em função disto, umas das conseqüências apontadas por Porto-Gonçalves (2006) é o aumento da disputa pela apropriação e controle da água nos últimos anos, principalmente na segunda metade dos anos 1990.

A atual disputa pelo controle e gestão da água é, também, parte de uma crise política, e se constitui enquanto uma crise da racionalidade instrumental hegemônica na ciência da sociedade moderna colonial. *[...] No caso da água, a própria natureza líquida da matéria parece escapar àqueles que tentam aprisioná-la às especificidades com que nossa departamentalização na universidade forma, conforma e deforma seus profissionais.* (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 417).

Portanto, essa disputa pelo controle da água baseia-se na propagação de discursos pretensamente científicos que ressaltam a escassez da água e a necessidade de seu uso racional através de uma gestão técnica eficiente, em contraposição a uma suposta ineficiência da gestão estatal desse recurso. Assim sendo, os problemas de ordem sociais e ambientais, como o acesso à água, gerados por um modelo técnico científico de desenvolvimento encontraria sua solução no mesmo modelo técnico científico, porém com a nova roupagem da sustentabilidade e sob a égide do mercado. Porto-Gonçalves (2006) desconstrói esse discurso da suposta escassez de água no planeta e afirma que, na realidade, vivemos atualmente um cenário de desordem ecológica global.

[...] Tudo indica que estamos imersos num complexo processo de *desordem ecológica* que, mesmo diante de maior quantidade de água doce disponível sob a forma líquida, está produzindo um aumento da área desertificada e do número de localidades submetidas a estresse hídrico, inclusive em muitas das grandes cidades do mundo. Enfim, é de uma desordem ecológica global que estamos falando e não simplesmente de escassez de água, como vem sendo destacado. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 417, grifo do autor).

Apesar de estarmos diante de uma desordem ecológica global, esta produz desequilíbrios locais no ciclo hidrológico que, de acordo com Porto-Gonçalves (2006), impossibilitam distintas formas de lidar com a água desenvolvidas por diferentes povos e culturas em situações particulares. Dessa forma, são extintos diferentes modos de se relacionar com a natureza e, com eles, um grande acervo de conhecimento de como lidar com as dinâmicas naturais e de modos de vida.

O discurso de corte malthusiana seria uma dessas abordagens que trata o desequilíbrio hidrológico de maneira parcial, relacionando a pressão na demanda pela água com o crescimento da população, colocando em pauta o controle populacional. No entanto, Porto-Gonçalves (2006) demonstra que a pressão pela demanda por água está longe de ser explicada simplesmente pelo crescimento populacional, na verdade a demanda por água cresce mais que a população, portanto deve-se levar em consideração o crescimento da população urbana, a industrialização, o modelo de agricultura com a conseqüente expansão da economia

mercantil. Além disso, é importante destacar a propagação do estilo de vida moderno europeu e estadunidense, que são aqueles que mais consomem recursos naturais e mais geram impactos no planeta.

Portanto, a abordagem das questões relativas à água não podem ser tratadas enquanto um problema de especialistas. Elas devem ser pensadas enquanto território, ou seja, [...] *enquanto inscrição da sociedade na natureza, com todas as suas contradições implicadas no processo de apropriação da natureza pelos homens e mulheres por meio das relações sociais e de poder.* (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 419). Para haver uma desconstrução dessas visões parciais e reducionistas, no ciclo da água devem ser inseridos os sistemas produtivos agrário/agrícola e industrial e os problemas de desequilíbrio devem ser buscados nas complexas relações sociedade-natureza que manifestam neste ciclo suas contradições.

O modelo de agricultura, difundido no Brasil na década de 1970 pela Revolução Verde<sup>2</sup>, tem colaborado enormemente para a degradação dos recursos hídricos em escala mundial (RIBEIRO, 2008). No atual modelo hegemônico, baseado na monocultura e no agronegócio, para se produzir um quilo de grão, soja, trigo, são necessários 1.000 (mil) litros de água. Além disso, esse modelo pode proporcionar um quadro de injustiça ambiental na medida em que o ônus da produção acaba afetando diretamente as regiões produtoras, como degradação do solo e o estresse hídrico. Por outro lado, os lucros e benefícios são direcionados para outros países, pois na venda desses produtos não são levados em consideração fatores como os recursos hídricos embutidos na produção. Tendo em vista o modelo atual de produção agrícola, Porto-Gonçalves (2006) nos alerta que:

[...] O sucesso que vem obtendo esse modelo agrário-agrícola deverá ser melhor avaliado num tempo outro, médio e longo, e não somente sob a lógica do curto prazo para saldar a dívida externa. O aumento de áreas abandonadas pelo cultivo por desequilíbrio ecológico, como formação de ravinas e vossorocas, perda de solo

---

<sup>2</sup> A revolução verde, para Porto-Gonçalves (2004), se refere ao um conjunto de transformações nas relações de poder por meio da tecnologia que procurou deslocar o sentido político e social da luta contra a fome e a miséria. Para tal, todo um complexo técnico-científico, logístico e educacional foi montado, inclusive com a criação de organismos internacionais, trazendo grandes impactos nos espaços rurais e urbanos. As grandes corporações de sementes e insumos passaram a controlar a dinâmica da produção agrícola.

por erosão, são maus indícios da insustentabilidade desse modelo. [...]. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 427).

Aliada à agricultura, a indústria contribui de maneira efetiva para a degradação e o aumento do consumo de água no atual cenário. Esses setores, além de consumirem um grande volume de água, lançam toneladas de rejeitos ocasionando a contaminação dos cursos e de fontes subterrâneas de água, como é o exemplo das indústrias de papel e celulose ou bauxita e alumínio. Essa questão se torna ainda mais grave no contexto da globalização devido ao deslocamento dessas indústrias para os países da periferia do capitalismo, de onde transferem energia, minerais, solo, água, para os países ricos e deixando no território onde estão instaladas os rejeitos e as conseqüências ambientais, ou seja, configurando-se uma geografia desigual dos rejeitos e dos proveitos (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A urbanização é outro aspecto importante na discussão de uma maior demanda por água. Segundo o autor, um habitante urbano consome em média três vezes mais água do que um habitante rural. Além disso, no espaço urbano, devido à sua dinâmica, a poluição da água se torna mais real, essencialmente pelo despejo dos esgotos e rejeitos das indústrias nos cursos d'água. (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Portanto, todos esses aspectos acima relacionados dizem respeito a um modelo de desenvolvimento hegemônico, da racionalidade instrumental forjada a partir do século XVII e XVIII, caracterizada pela idéia de domínio da natureza. Esse modelo, ao se expandir para o resto do mundo, distribui de maneira desigual seus benefícios e seus prejuízos colocando em risco a sobrevivência de grande parte da população do planeta (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Diante deste cenário de desordem ecológica e da propagação de um discurso da escassez, verifica-se um movimento que visa à privatização da água. Apoiadas por medida de âmbito internacional advindas de organismo multilaterais como o Banco Mundial e o FMI, as grandes corporações francesas, estadunidenses e alemães, estão investindo cada vez mais na apropriação das reservas de água de vários países do planeta.

As empresas francesas Vivendi Universal, com faturamento de cerca de 12,2 bilhões de dólares em 2001, a Suez-Lyonaise des Eaux, com faturamento de 9 bilhões de dólares no mesmo ano, vêm disputando ou se associando, conforme o caso, para ter o



controle da água potável das torneiras com a gigante alemã RWE (e sua filial inglesa Thames Water), com a Biwwater, a Saur-Bouygues, a estadunidense, Wessex Water (Erom). (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 437-438).

No Brasil, por exemplo, temos a atuação de uma dessas grandes empresas, o grupo Suez, que atua em Limeira, no interior de São Paulo, e em Manaus, no estado do Amazonas, onde detém a concessão dos serviços de saneamento. A atuação da Suez S. A. nessas cidades é analisada de maneira mais aprofundada por Oliveira (2007)<sup>3</sup>.

A concessão dos serviços de saneamento às empresas privadas está sendo ancorada no discurso da qualidade dos serviços, onde o Estado seria incapaz de prover um serviço de qualidade nesse âmbito devido aos poucos recursos destinados à essa área. Entretanto, os propagadores desse discurso são, por exemplo, os mesmos técnicos dos organismos internacionais multilaterais como o Banco Mundial e FMI que, com suas receitas econômicas destinadas aos países na periferia do sistema capitalista, como o Consenso de Washington<sup>4</sup>, corroboraram significativamente para a conformação desse quadro de enfraquecimento das ações do Estado. (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Tendo essa visão ampliada, necessitamos ainda de aportes teóricos que nos permitam uma análise de como ocorre essa dinâmica em escalas locais. Em função disso, o conceito de conflitos ambientais defendido por Acsehrad (2004) pode nos auxiliar na análise da água enquanto território, no âmbito da relação sociedade natureza, como já nos sugeriu Porto-Gonçalves (2006).

## **1.2 – O uso da água e a noção de conflitos ambientais**

---

<sup>3</sup> Tese de doutorado que analisa a atuação do Grupo Suez no Brasil através da concessão dos serviços de saneamento básico nas cidades de Limeira-SP e Manaus-AM.

<sup>4</sup> O Consenso de Washington consistiu-se em um seminário internacional promovido em 1994 pelo *Institute for International Economics*, de Washington. Nesse seminário reuniram-se cerca de 100 especialistas que elaboraram um manual de reformas políticas baseadas em propostas de políticas econômicas que deveria ser utilizado pelos países periféricos e acabou se tornando uma bula para parte dos intelectuais dos países da América Latina e África. Essas políticas tinham por objetivos principais a soberania do mercado e a diminuição do Estado, fundamentalmente por meio das privatizações de empresas e serviços estatais (MARICATO, 2000).

Como já assinalamos acima, a questão da água deve ser tratada enquanto território, ou seja, no âmbito da inscrição da sociedade na natureza, fundamentalmente, no processo de apropriação da natureza através das relações sociais e de poder. Podemos considerar, então, que a apropriação da água, no âmbito local, expressa, através dos conflitos que estamos assistindo atualmente, diferentes concepções do espaço e de tempo. Essas diferentes concepções de espaço e de tempo advêm, nas palavras de Harvey (2004),

[...] de práticas materiais de reprodução da vida social; e, na medida em que estas podem variar geográfica e historicamente, verifica-se que o tempo social e o espaço social são construídos diferencialmente. Em suma, cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço. (HARVEY, 2004, p. 189)

Acselrad (2004) nos aponta três práticas de apropriação do mundo material, a saber: práticas de apropriação técnica do mundo material; práticas de apropriação social do mundo material e práticas de apropriação cultural do mundo material. As práticas técnicas de apropriação do mundo material seriam aquelas relacionadas às intervenções no espaço físico baseadas nas técnicas e nos conhecimentos. Já as práticas sociais de apropriação do mundo material se caracterizam pela diferenciação social dos indivíduos, refletindo estruturas desiguais de distribuição, acesso, posse e controle de territórios ou de fontes, fluxos e estoques de recursos materiais, sendo um processo historicamente constituído. Por fim, as práticas culturais de apropriação do mundo material são aquelas que dão sentido ao mundo, aos atos e práticas através de esquemas e representações coletivas diferenciadas (ACSELRAD, 2004).

É importante destacar que, segundo Acselrad (2004), as formas técnicas não são determinadas, apesar de serem influenciadas, pelas restrições do ambiente geofisiográfico, elas são condicionadas principalmente pelas formas sociais e culturais. Assim sendo, refletem uma opção, ou imposição, de sociedade e de modelos culturais prevalentes. As práticas técnicas, dessa forma, não podem ser descoladas de seu contexto histórico, que condicionam não apenas seus padrões tecnológicos, mas também as categorias de percepção, julgamento e orientação que legitimam e justificam tais práticas.

Não podemos perder de vista ainda que as escolhas técnicas, que resultaram no padrão tecnológico das atividades, são condicionadas por estruturas vigentes de poder econômico e de controle desigual sobre os recursos do meio material. Essa estrutura de poder é legitimada pela disseminação de categorias de percepção que fazem valer os critérios dominantes, como por exemplo, as noções de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Seriam esses, portanto, modelos de desenvolvimento.

Nessa medida, os conflitos ambientais devem ser analisados de forma simultânea nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território, como é o caso do acesso e controle da água, pois são nesses espaços em que se desenvolvem disputas sociais, onde fica evidenciado o caráter arbitrário dos sentidos hegemônicos que são atribuídos ao território. As disputas sociais decorrentes deste cenário se instauram nos planos políticos e simbólicos pelo direito e poder de construir e legitimar as representações que orientam a apropriação do espaço. Os conflitos ambientais seriam, portanto:

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. [...] (ACSELRAD, 2004, p. 26)

A partir desse conceito Acselrad (2004) nos fornece, ainda, quatro dimensões constitutivas dos conflitos ambientais que são fundamentais para a compreensão da dinâmica dos conflitos dos diferentes modelos de desenvolvimento; seriam essas dimensões: a apropriação material e a apropriação simbólica dos recursos do território, a durabilidade (as práticas de apropriação do mundo material pressupõem uma determinada durabilidade das condições materiais do seu exercício. Esta durabilidade pode ser comprometida diretamente pelo próprio agente sobre seu meio imediato, ou indiretamente, pela interação das práticas de outros agentes), a interatividade (opõem atores sociais que desenvolvem ou propugnam distintas

formas técnicas, sociais, culturais e simbólicas de apropriação dos elementos materiais de um mesmo território ou de territórios conexos).

Acreditamos que quando se trata da questão da água não podemos perder de vista que essa vem sendo alvo de vários conflitos ao redor do mundo, fundamentalmente pelos conflitos de formas distintas de apropriação simbólica e material desse recurso, principalmente pela imposição, no campo de simbólico, do discurso da escassez e dos modelos técnicos e econômicos hegemônicos de resolução desses problemas e, no campo da apropriação material, através do controle e privatização no território.

No caso do processo de elaboração de um plano municipal de saneamento básico, mais especificamente, a maneira como as questões relativas ao acesso e controle do abastecimento de água, é de fundamental importância verificar como se articulam as diferentes formas de apropriação desse recurso pelos atores envolvidos e quais seriam as percepções e os modelos técnicos propostos no que tange as questões relativas à durabilidade e interatividade, pois como Harvey (2004) nos alerta: *[...] o tratamento das comunidades como se fossem comparáveis entre si (por digamos, um órgão de planejamento) tem implicações materiais a que as práticas sociais das pessoas que nelas vivem têm de responder.* (HARVEY, 2004 p. 190)

A área de saneamento, fundamentalmente no que se refere a sua gestão e planejamento, pode ser um campo de pesquisa importante para elencarmos alguns pontos da repercussão dessa desordem ecológica global em nível local, principalmente em relação à água, pois os serviços de saneamento são um dos principais responsáveis pelo gerenciamento dos recursos hídricos em escala local. Ainda temos que destacar que a discussão sobre o tema pode ser tornar cada vez mais intensa devido ao processo de elaboração dos planos municipais de saneamento básico enquanto política pública prevista no Plano Nacional de Saneamento Básico.

Será que dentro do processo de planejamento é possível a emergência de formas técnicas diferentes das que estão postas, enquanto alternativa aos problemas de abastecimento de uma cidade, no caso Viçosa-MG? Os problemas provocados pelo modelo atual de desenvolvimento acabam por extinguir formas tradicionais de apropriação material e simbólica da água? De que forma a população se apropria dos problemas relacionados ao controle e gestão da água no município?

## **2 – USOS DA ÁGUA EM VIÇOSA-MG NO CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO BÁSICO**

A cidade de Viçosa, nas últimas quatro décadas, vem vivenciando um processo de crescimento significativo, cujo motor é a influência exercida pela Universidade Federal de Viçosa. Os maiores impactos são percebidos no crescimento do seu espaço urbano e, conseqüentemente, no processo de apropriação e uso do solo urbano, caracterizado por forte influência do setor da construção civil e imobiliário.

Em função desse rápido crescimento urbano, apesar de ser uma cidade de pequeno porte, Viçosa já apresenta problemas dignos de grandes metrópoles, como intensa especulação imobiliária, segregação socioespacial, complicações no trânsito, intensa degradação dos cursos d'água que cortam a cidade. Dentre esses problemas, a cidade vem tendo dificuldades no abastecimento de água nos períodos de inverno.

Todos esses problemas são fruto de um processo de urbanização que teve características semelhantes ao que se presenciou no Brasil, mais intensamente, a partir da segunda metade do século XX. A urbanização no Brasil, de acordo com Maricato (2000), ocorreu no período desenvolvimentista sob a égide da industrialização e foi caracterizada pela industrialização com baixos salários, mercado residencial restrito, custo de reprodução da força de trabalho que não incluía o custo da moradia, proporcionando o aumento das favelas, dos lotes ilegais, das autoconstruções e da exclusão do acesso à moradia.

O município de Viçosa, de certa forma, também fez parte desse período desenvolvimentista na década de 1970, ao receber investimentos do Governo Federal no processo de constituição da Universidade Federal de Viçosa, fundamental para o seu crescimento urbano. Entretanto, esse crescimento veio com conseqüência graves para a população e o meio ambiente.

Sendo a urbanização um dos aspectos de grande relevância nessa discussão para compreendermos o problema de uma maior demanda por água, faremos um breve resgate histórico do desenvolvimento do espaço urbano no município de Viçosa e seus principais impactos na demanda de água gerada no seio desse processo na cidade.

### **2.1 – Município de Viçosa-MG: Crescimento urbano e demanda por água**

O município de Viçosa está localizado na Zona da Mata de Minas Gerais a uma distância de 225 km da capital Belo Horizonte, abrangendo uma área de 300,15 Km<sup>2</sup>. O município conta, atualmente, com três distritos, a sede, Silvestre e Cachoeira de Santa Cruz, considerando que São José do Triunfo pertence oficialmente ao Distrito de Silvestre.

A história de formação do município está intimamente ligada ao ciclo do ouro em Minas Gerais no período colonial e seu crescimento populacional ocorreu em função da decadência desse ciclo. Com o esgotamento das minas de metais preciosos configurou-se um intenso fluxo migratório à procura de melhores terras para lavoura e Viçosa teve seu povoamento oriundo desse movimento, fundamentalmente das cidades de Ouro Preto e Mariana. Esses migrantes, além de terras para a lavoura, procuravam novas jazidas de ouro, contudo o município terá seu desenvolvimento no período subsequente ligado, direto ou indiretamente, à agricultura. (PANIAGO, 1983).

Viçosa foi elevada a categoria de cidade no ano de 1876. Até então chamada de Vila de Santa Rita do Turvo a nova cidade passou a se chamar Viçosa de Santa Rita e posteriormente Viçosa. Segundo Ribeiro (1997), a cidade passou por transformações significativas, essencialmente no que diz respeito ao crescimento populacional e à expansão do seu espaço urbano, a partir da década de 1920 com a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), construída no período de 1922 a 1926. Contudo, será no início da década de 1960 que a cidade se consolidará em termos de urbanização.

A década de 60 caracterizou-se também pelo acentuado êxodo rural em toda a região da Zona da Mata. Em Viçosa houve um incremento de 65,6% na sua população urbana, tendência esta que se acentuou nas décadas seguintes. Uma parte desta nova população urbana, muito provavelmente, se empregou nos postos de trabalho criados com a expansão das atividades da Universidade, que, até 1969, ainda era um órgão estatal. [...]. (RIBEIRO, 1997, p. 136).

Além desse crescimento urbano influenciado pelo êxodo rural ocorrido na Zona da Mata na década de 1960 e pela atração exercida pela criação da ESAV, esse processo de concentração se potencializou com a federalização da ESAV, que em

1969 passou a se chamar Universidade Federal de Viçosa (UFV). Com o rápido crescimento da Universidade agravaram-se os problemas da esfera urbana, principalmente no que se refere à moradia aliada a um expressivo crescimento da especulação imobiliária (RIBEIRO, 1997).

A partir da década de 1970 observou-se um grande crescimento da população urbana do município. Em consequência desse fato há, concomitantemente, uma acentuada queda da população rural (Tabela 1).

TABELA 1 – População urbana e rural de Viçosa-MG segundo o IBGE, período de 1960 a 2007.

| ANO  |        | POPULAÇÃO |        |        |
|------|--------|-----------|--------|--------|
|      |        | Urbana    | Rural  | Total  |
| 1960 | Nº hab | 9.221     | 11.625 | 20.846 |
|      | %      | 44,23     | 55,77  | 100,00 |
| 1970 | Nº hab | 17.000    | 8.784  | 25.784 |
|      | %      | 65,90     | 34,10  | 100,00 |
| 1980 | Nº hab | 31.179    | 7.507  | 38.686 |
|      | %      | 80,60     | 19,40  | 100,00 |
| 1991 | Nº hab | 46.456    | 5.202  | 51.658 |
|      | %      | 89,90     | 10,10  | 100,00 |
| 1996 | Nº hab | 52.647    | 4.803  | 57.450 |
|      | %      | 91,60     | 8,40   | 100,00 |
| 2000 | Nº hab | 59.792    | 5.062  | 64.854 |
|      | %      | 92,20     | 7,80   | 100,00 |
| 2007 | Nº hab | 65.042    | 5.362  | 70.404 |
|      | %      | 92,40     | 7,60   | 100    |

Fonte: CRUZ et al, 2008, p. 20.

Ao analisar a Tabela 1 pode-se perceber que a população urbana em 1960 somava 9.221 habitantes representando no período apenas 44,23% da população total do município, passando para 65.042 habitantes em 2007, o que representa 92,4% do total da população do Município.

A taxa média anual de crescimento demográfico – Viçosa, MG, no período de 1960 a 2007 está apresentada na Tabela 2.

TABELA 2 – Taxa média anual de crescimento demográfico – Viçosa, MG, no período de 1960 a 2007.

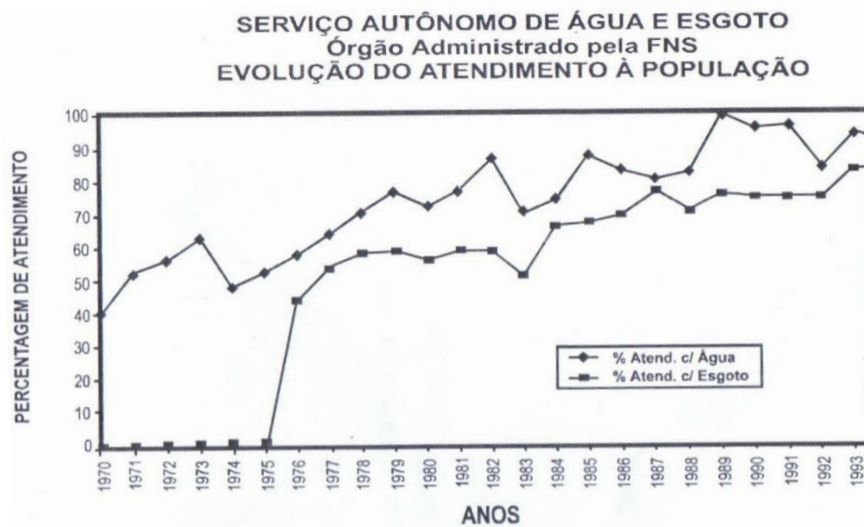
| PERÍODOS (anos) | TAXA DE CRESCIMENTO (%) |       |       |
|-----------------|-------------------------|-------|-------|
|                 | Urbana                  | Rural | Total |
| 1960 a 1970     | 6,30                    | -2,80 | 2,10  |
| 1970 a 1980     | 6,30                    | -1,60 | 4,10  |
| 1980 a 1991     | 3,70                    | -3,30 | 2,70  |
| 1991 a 2000     | 2,80                    | -0,30 | 2,60  |
| 2000 a 2007     | 1,21                    | 0,82  | 1,17  |

Fonte: CRUZ et al, 2008, p. 21.

A Tabela 2 mostra as taxas de crescimento da população do município, tendo como pico a década de 1970. Quanto à população da área urbana pode-se verificar taxas elevadas de crescimento nas décadas de 1960 e 1970. Um fato marcante observado na Tabela 2 é que durante 20 anos, entre os anos de 1960 e 1980, a taxa de crescimento da população urbana de Viçosa foi extremamente alta, correspondendo a 6,3% ao ano.

Esse fenômeno representa, antes de tudo, uma significativa expansão do espaço urbano do município e, conseqüentemente, a necessidade de um maior investimento do poder público na infra-estrutura urbana, dentre essas o saneamento básico, e conseqüentemente pelos serviços de abastecimento de água. Abaixo podemos perceber o aumento da demanda por água no município no período de 1970 a 1993:





**Gráfico 1**  
Evolução do atendimento à população.  
Fonte: Relatório do SAAE (1996).

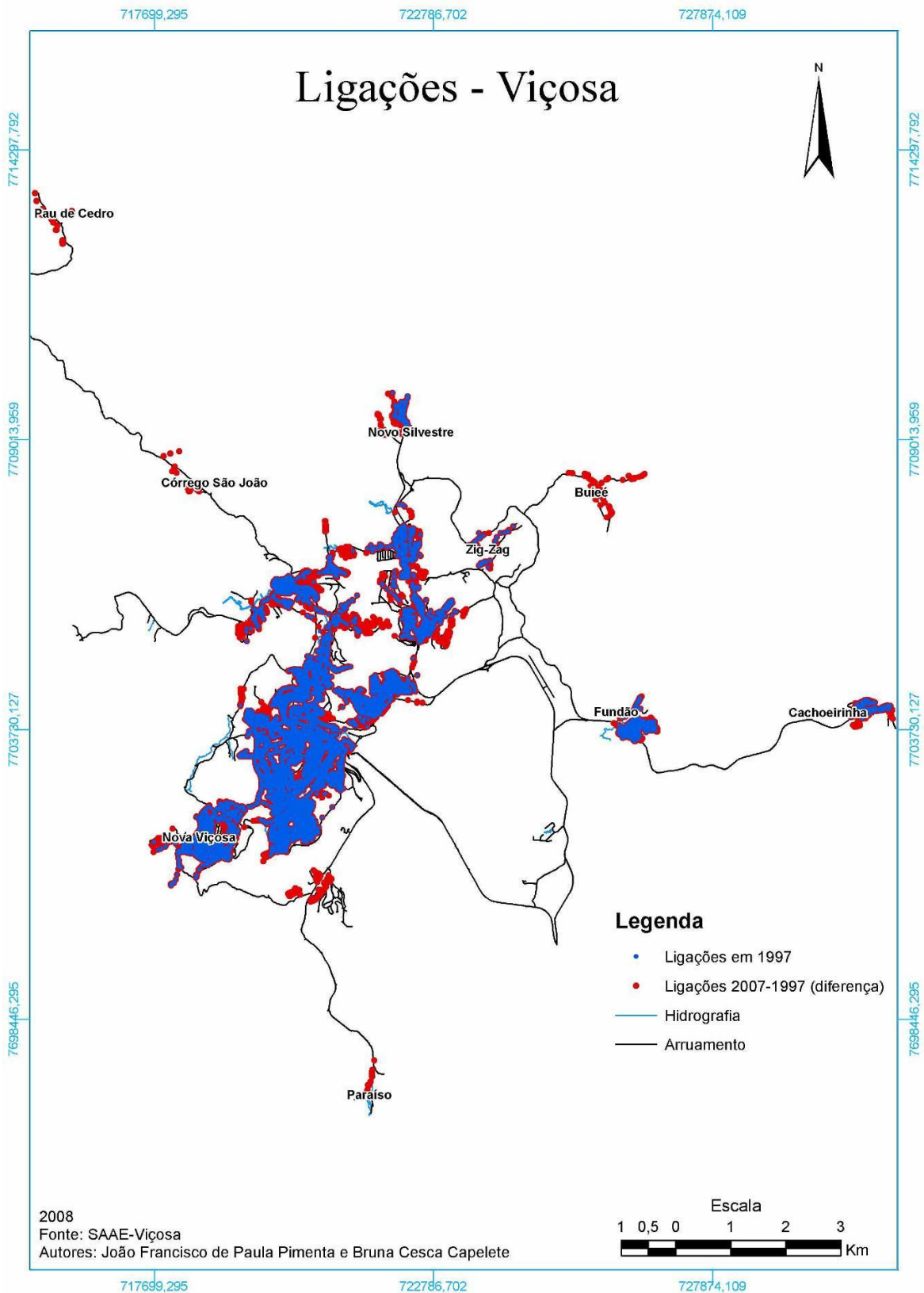
Fonte: BERDAGUE; GOMES, 2006, p. 68.

É importante esclarecer aqui que apenas o crescimento da população, de maneira geral, não pode ser considerado um fator determinante no crescimento da demanda por água. No caso específico de Viçosa, temos que considerar que esse aumento da demanda deriva-se do crescimento da população urbana, e em função do estilo de vida dessa população, e dos impactos causados pelo processo de urbanização nos mananciais que abastecem o município. Além disso, temos que levar em conta a expansão da Universidade Federal de Viçosa que, apesar de não constar no gráfico, também retira a água para seu consumo da bacia do ribeirão São Bartolomeu.

No município de Viçosa, o fornecimento de água tratada assim como a coleta e o tratamento dos esgotos sanitários são responsabilidades da autarquia municipal SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa, criada pela Lei municipal nº 541 de 10 de dezembro de 1969. Esta autarquia mantém convênio de cooperação técnica assinado em dezembro de 1999 entre a Prefeitura Municipal de Viçosa (PMV) e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), órgão do Ministério da Saúde. (CAPELETE; PIMENTA, 2008).

O sistema de abastecimento de água do município de Viçosa contava com aproximadamente 163 km de extensão e 17.300 ligações no fim de 2007, o que

representa um aumento de cerca de 30% desde 1997 (ver mapa 1). O sistema atendia, nesse período, à quase totalidade (98%) da população urbana. Durante o ano de 2007 foram distribuídos pelos sistemas operados pelo SAAE, 6.098.034.000 litros de água, equivalente a 16.706.942 litros de água por dia. (CAPELETE; PIMENTA, 2008).



Mapa 1- Evolução das ligações de água em Viçosa-MG (1997-2007)  
Fonte: CAPELETE; PIMENTA, 2008, p. 24.

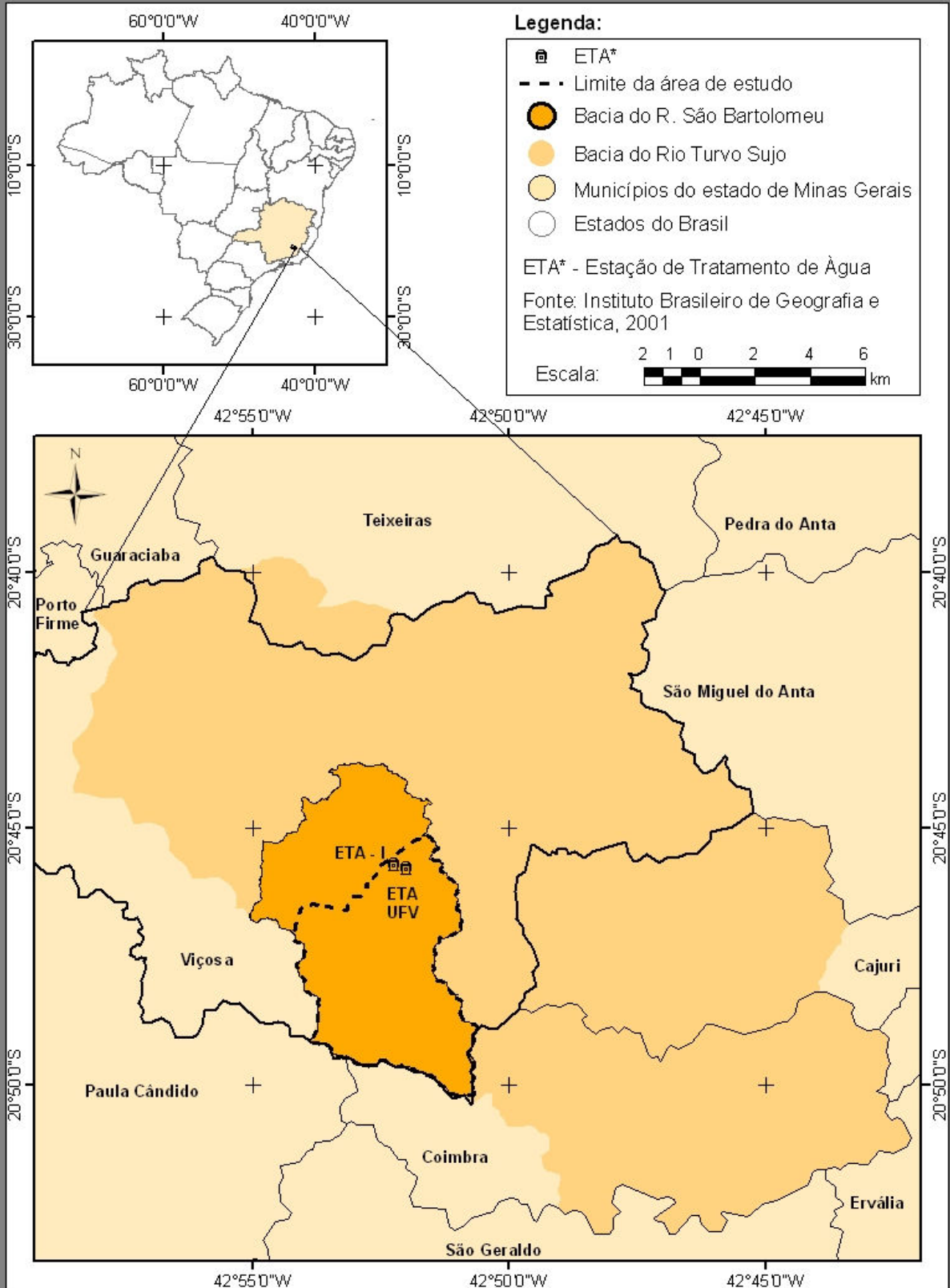
A região urbana do município de Viçosa é abastecida por duas estações principais de tratamento de água, supridas por dois mananciais de superfície, o Ribeirão São Bartolomeu e Rio Turvo Sujo. Os sistemas de distribuição são interconectados e durante o período de chuvas a ETA I, cujo manancial de abastecimento é o ribeirão São Bartolomeu, é responsável pelo abastecimento de cerca de 70% da população urbana, sendo os restantes 30% atendidos pela ETA II, abastecida pelo Rio Turvo Sujo. Em época de estiagem a situação se inverte, a ETA II passa a abastecer aproximadamente 70% da população urbana.

Além do expressivo crescimento da população urbana nas últimas décadas e conseqüentemente o crescimento da demanda por água o município tem assistido à progressiva degradação de sua principal bacia de captação de água, o Ribeirão São Bartolomeu, responsável pelo abastecimento de 70% da população urbana e da Universidade Federal de Viçosa. Esse manancial encontra-se consideravelmente comprometido em termos quantitativo e qualitativos em função dos usos conflitantes da água e da ocupação e usos colidentes do espaço urbano, como a construção em Áreas de Proteção Permanentes (APP's), conseqüência da intensa especulação imobiliária na cidade. (BERDAGUE; GOMES, 2006).

Apesar de retirar a água para o seu abastecimento da Bacia do Ribeirão São Bartolomeu, é notório a falta de ações por parte da Universidade Federal de Viçosa no sentido minimizar os impactos sobre a bacia. Um exemplo flagrante desse descaso é o despejo do esgoto sem tratamento no Ribeirão São Bartolomeu.

No mapa seguinte podemos observar a localização da Bacia do Ribeirão São Bartolomeu no município de Viçosa.

LOCALIZAÇÃO: BACIA DO RIBEIRÃO SÃO BARTOLOMEU, VIÇOSA - MINAS GERAIS, BRASIL



Mapa 2. Localização da Bacia do Ribeirão São Bartolomeu, Viçosa-MG  
Fonte: PORTES, Raquel de Castro et al, 2009.

O São Bartolomeu possui em torno de 440 nascentes que se localizam na região conhecida como Paraíso e Palmital e atravessa várias propriedades rurais antes de chegar ao Campus universitário, onde é represado e tem sua água coletada pela Estação de Tratamento da universidade para o abastecimento dessa e pela ETA1 do SAAE que abastece a cidade. De acordo com Berdague e Gomes (2008) a vazão do São Bartolomeu vem diminuindo sistematicamente nos últimos anos devido:

[...] vários problemas, tais como a construção de pequenas represas próximas às cabeceiras, desmatamento das matas ciliares – inclusive nas nascentes – aparecimento de focos de erosão na zona rural, traçado inadequado de estradas e caminhos com o corte de pequenos canais de drenagem formando rampas muito íngremes e favorecendo desmoronamentos, retirada indiscriminada da cobertura vegetal e disposição do lixo. Tal quadro se agrava, sobretudo nas épocas de seca quando a oferta de água é menor do que a vazão de captação (100L/s). Nessa época o abastecimento é mantido graças à ETA II, da Viroleira, que capta água do Rio Turvo. (BERDAGUE; GOMES, 2006, p. 65).

A partir desse quadro percebemos que a expansão urbana em Viçosa, caracterizada pelo forte poder econômico e político do setor imobiliário e da construção civil, e sua apropriação do território e de seus recursos naturais, trouxe grandes conseqüências ambientais e sociais para a cidade. Sendo uma dessas conseqüências o risco no abastecimento de água de sua população. É nesse contexto que emerge o processo de elaboração do plano municipal de saneamento básico de Viçosa.

## **2.2 – Viçosa-MG no contexto do Plano Nacional de Saneamento Ambiental**

Objetivando situar Viçosa-MG no contexto do processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico e dos planos municipais de saneamento básico, faremos um breve resgate das políticas de saneamento a partir da constituição de 1988. Não é nosso objetivo central discutir as políticas de saneamento no Brasil, entretanto torna-se importante a apreensão deste processo que está intimamente relacionado aos usos e controle da água em nível local e regional.

A Constituição Federal de 1988, elaborada no período de democratização do país proporcionou mais autonomia aos estados e municípios da federação por meio de um processo de descentralização fiscal e do planejamento e gestão de uma série de políticas públicas, dentre essas, o saneamento básico. Com essas mudanças pretendia-se

alterar profundamente as relações intergovernamentais vigentes no período militar caracterizada pela grande concentração do poder fiscal e político. Neste período as políticas federais de habitação e saneamento eram financiadas e avaliadas por uma agência federal e executadas por uma série de agências locais dela dependentes (ARRETCHE, 1996).

Apesar dos processos de redemocratização e descentralização ocorridos no final da década de 1980, Custódio (2005) nos chama a atenção para o fato de que esses processos ocorreram justamente com a assimilação da gestão pública do discurso neoliberal que:

[...] enfatiza o enfraquecimento do Estado, a necessidade de privatizações e a ampla abertura do mercado à concorrência estrangeira em todos os setores. Se houve uma abertura política como sinônimo de participação democrática – avanço de forma alguma negligenciável – houve, concomitantemente, uma apropriação perversa dessa abertura por novos agentes e atores, com sofisticada organização interna, como as empresas estrangeiras; [...] (CUSTÓDIO, 2005, p. 96).

Diante desse cenário, grupos hegemônicos locais se rearranjaram, impondo determinados interesses privados através de uma relação fisiológica entre o Estado e o capital. Esse fato se tornou um significativo obstáculo à efetiva participação da sociedade civil e ao atendimento de suas necessidades. O município configurou-se, dessa forma, enquanto um território de conflitos.

Além disso, a descentralização ocorreu de maneira diferenciada nos diversos setores públicos, avançado em alguns e nem tanto em outros, nesses últimos podemos citar os serviços de saneamento básico, que não ocorreram de forma efetiva. Segundo Arretche (1996), no período de 1987 a 1994 não houve qualquer programa federal que criasse incentivos para que os municípios se dispusessem a reverter a modalidade de oferta dos serviços preexistentes. De acordo com a autora, ocorreu o contrário, pois:

[...] as companhias estaduais de saneamento atuaram de modo a preservar seus mercados, pelas vias da disputa jurídica, de melhoria dos seus serviços e de uma política mais agressiva de renovação dos contratos de concessão. Dados os custos derivados da natureza de política e do legado das políticas prévias, e dada à ausência de incentivos à municipalização derivada das decisões nos planos federal e estadual, o cálculo das administrações municipais foi francamente desfavorável à municipalização. (ARRETCHE, 1996, p.04)

As políticas no âmbito estadual e municipal foram retomadas no final do governo FHC com o lançamento do Plano Plurianual 2000-2003 que continha mais de 18 projetos de implantação de infraestrutura para o território nacional, havendo a retomada do planejamento em nível estadual resultando em planos setoriais (de recursos hídricos, de saneamento, de meio ambiente, de transportes, entre outros) e do planejamento em nível municipal, na forma do Plano Diretor e das políticas públicas dele advindas. (CUSTÓDIO, 2005).

Outro marco importante para o processo de descentralização das políticas públicas e do planejamento foi, segundo Custódio (2005), de um lado, a criação do Ministério das Cidades (Decreto Federal n.4665, de 03.04.2003) e, de outro, o sancionamento do Estatuto das Cidades (Lei Federal n.10.257, de 10.07.2001) que envolve União, Distrito Federal, Estados, Municípios, comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil organizada na consolidação de uma Política Urbana.

O principal objetivo do Ministério das Cidades é agrupar setores tais como habitação, saneamento e transportes, e assim planejar o uso e a ocupação do solo urbano, elaborando uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano para diminuir a desigualdade social urbana, fazendo valer o direito a cidade e buscar a sustentabilidade ambiental. Para tanto, o Ministério herdou órgãos, programas em andamento e recursos, dentre eles as ações da Caixa Econômica Federal no âmbito da habitação e do saneamento (CUSTÓDIO, 2005).

O Ministério das Cidades criou ainda a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, que tem como objetivo assegurar à população os direitos humanos fundamentais de acesso à água potável em qualidade e quantidade suficientes e a vida em ambiente salubre nas cidades e no campo, segundo os princípios fundamentais da universalidade, equidade e integralidade. Além disso, tem como meta promover a universalização do abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos urbanos, além do adequado manejo de águas pluviais urbanas, com o conseqüente controle de enchentes.

Atualmente, a Secretaria de Saneamento Ambiental está coordenando a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Ambiental de acordo com a Lei 11.445/2007 e a Resolução Recomendada nº 33, de 1º de março de 2007, do Conselho das Cidades. O PLANSAB, quando aprovado, será o eixo central da política federal



para o saneamento básico, promovendo a articulação nacional dos entes da federação para a implementação das diretrizes contidas na Lei 11.445/2007.

Enquanto um dos marcos regulatórios desse processo, a aprovação da Lei Nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico (BRASIL, 2007). Dentre os principais princípios previstos nesta lei podemos destacar: (i) universalização do acesso; (ii) integralidade, considerando os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; (iii) intersetorialidade; (iv) eficiência e sustentabilidade econômica; (v) utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários; (vi) transparência das ações; (vii) controle social; (viii) segurança, qualidade e regularidade.

A “Lei do Saneamento”, além dos princípios citados acima, prevê que cada município, por meio do titular dos serviços de saneamento, deverá formular uma política de saneamento básico, elaborar planos municipais de saneamento básico, definir o ente responsável pela regulação. Segundo o Ministério das Cidades, as etapas para a elaboração dos planos de saneamento básico são as seguintes: *Planejamento do processo de participação da sociedade*; Elaboração de Diagnóstico da situação do saneamento básico e os efeitos na saúde e nas condições de vida da população; Estabelecimento de objetivos e metas para a universalização e a prestação dos serviços; Definição de programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas; Definição de ações para emergências e contingências; Proposição do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico, culminando a finalização do processo com a aprovação do Plano.

Dentre todas as etapas acima citadas, destacamos o fato da elaboração dos planos municipais de saneamento básico ter que proporcionar a população espaços de participação, direito que é garantido no âmbito do planejamento urbano e da gestão urbanos, tradicionalmente abordados nos processos de elaboração dos Planos Diretores e Orçamentos Participativos.

É importante destacar que o Plano Municipal de Saneamento Básico preconizado pelo Plano Nacional de Saneamento Básico objetiva envolver quatro áreas: abastecimento de água; captação e tratamento de esgoto; drenagem urbana; coleta e tratamento de resíduos sólidos. Entretanto, privilegiaremos neste trabalho a discussão sobre os aspectos que envolvem o abastecimento de água. No entanto, compreendemos

que os quatro itens que compõem o saneamento, abastecimento de água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana, estão intimamente relacionados na dinâmica urbana.

No contexto atual em que surgem novos atores, como as grandes corporações no cenário da disputa pelo controle e privatização da água e das desordens ecológicas de âmbito global, mas que também tem suas especificidades em escala local é de fundamental importância uma análise de como ocorre esse debate em torno desse bem comum no âmbito local.

As experiências de elaboração dos planos municipais de saneamento básico, preconizadas pela Política Nacional de Saneamento Básico são um campo importante de investigação de como essas questões ocorrem em uma escala local, como é o caso do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa, fundamentalmente pelas características dessa cidade, que sofre uma forte pressão do setor imobiliário devido à grande demanda provocada pela Universidade Federal de Viçosa e pela possibilidade de sofrer problemas no fornecimento de água no futuro próximo<sup>5</sup>.

No ano de 2008 a prefeitura municipal de Viçosa, por meio de uma licitação, iniciou o processo para o início da implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico através da contratação de assessoria técnica para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa (PMSBV). A Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE) foi a selecionada para a sua realização. Em outubro de 2008 iniciaram-se os trabalhos de elaboração do PMSBV por uma equipe constituída por dois engenheiros civis; dois arquitetos; um cientista social; um engenheiro agrônomo; um economista; uma médica veterinária; dois engenheiros ambientais e cinco estagiários (dois de engenharia ambiental, um de arquitetura, um de engenharia civil e um de geografia).

O Plano ainda encontra-se em processo de finalização, e deverá ser terminado ao final de 2010 com a aprovação na Câmara Municipal. Ao longo desses quase dois anos de elaboração a equipe realizou 39 reuniões em diversos bairros com a população para a

---

<sup>5</sup> No dia 09 de abril de 2010 foi realizada uma audiência pública na Câmara Municipal de Viçosa para a discussão da transformação da bacia do Rio São Bartolomeu, a principal fornecedora de água para a cidade, em Área de Proteção Ambiental devido à diminuição da vazão do rio nos últimos anos e pelo avanço da ocupação urbana naquele espaço.

discussão do Plano Municipal de Saneamento<sup>6</sup>, além de reuniões com organizações e entidades civis como associações de moradores, associações comerciais, dentre outras.

No caso do presente trabalho, tomamos como um dos objetos de estudo empírico o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa-MG, tendo como foco principal a discussão que foi desenvolvida em torno da água pela equipe técnica com a população.

---

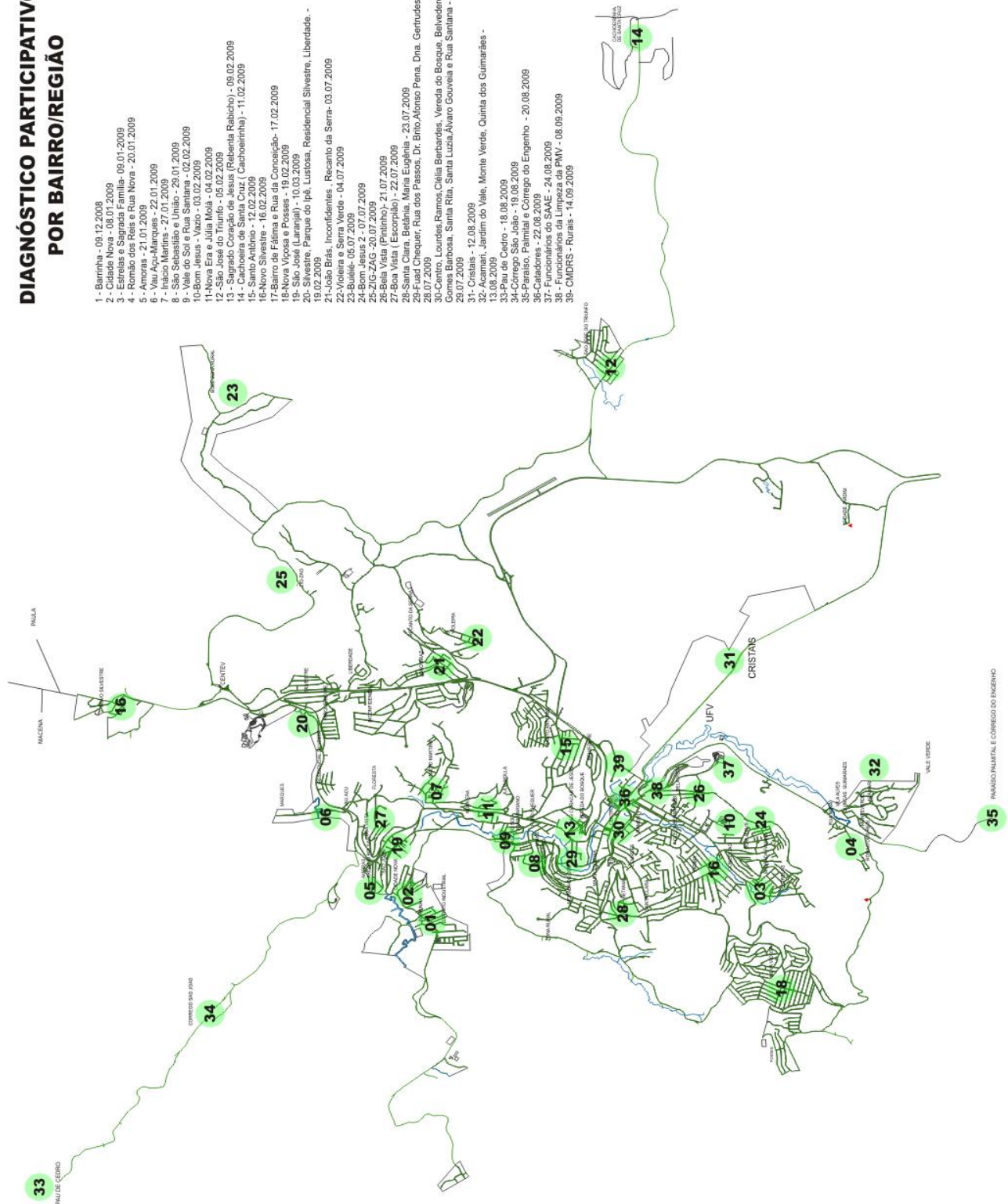
<sup>6</sup> Em estágio realizado junto à equipe responsável pela elaboração do plano municipal de saneamento de Viçosa participamos de 28 dessas 38 reuniões realizadas.

### **3 – ELEMENTO PARA A COMPREENSÃO DOS USOS DA ÁGUA EM VIÇOSA-MG: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE VIÇOSA**

Ao longo do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa foram realizadas ao todo 39 reuniões públicas de diagnóstico participativo com a população e com entidades e organizações civis (funcionários do serviço de limpeza da Prefeitura Municipal de Viçosa, funcionários do Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e associações de catadores de materiais recicláveis). Com a população totalizaram-se 34 reuniões ao longo do período de dezembro de 2008 a setembro de 2009 com a participação de cerca de 1090 pessoas, tendo uma média de, aproximadamente 32 pessoas por reunião. Além dessas 39 reuniões, foi realizada uma assembléia com os delegados eleitos nas reuniões públicas no dia 17 de outubro de 2009. Abaixo segue o mapa das reuniões realizadas no município:

## DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO POR BAIRRO/REGIÃO

- 1 - Barrinhã - 09.12.2008
- 2 - Cidade Nova - 08.07.2009
- 3 - Bairro de São João - 19.08.2009
- 4 - Estação das Pedras - Rua Nova - 20.01.2009
- 5 - Amaras - 21.01.2009
- 6 - Vau Açu-Marcus - 22.01.2009
- 7 - Inácio Martins - 27.01.2009
- 8 - São Sebastião e União - 28.01.2009
- 9 - Vale do Sol e Rua Santiana - 02.02.2009
- 10 - Bom Jesus - Vazio - 03.02.2009
- 11 - Nova Era e Julia Mota - 04.02.2009
- 12 - Vila do Sol - 05.02.2009
- 13 - Sagrado Coração de Jesus (Rebenta Rabicho) - 09.02.2009
- 14 - Cachoeira de Santa Cruz (Cachoeirinha) - 11.02.2009
- 15 - Novo Silvestre - 16.02.2009
- 17 - Bairro de Fatima e Rua da Conceição - 17.02.2009
- 18 - Nova Vósea e Posses - 19.02.2009
- 19 - São José (Laranjal) - 10.03.2009
- 20 - J. J. - Parque do Ipi, Lutasa, Residencial Silvestre, Liberdade - 19.02.2009
- 21 - João Brás, Inconfidentes - Recanto da Serra - 03.07.2009
- 22 - Viúveira e Serra Verde - 04.07.2009
- 23 - Bué - 05.07.2009
- 24 - Bom Jesus 2 - 07.07.2009
- 25 - ZIG-ZAG - 20.07.2009
- 26 - Boa Vista (Pitinho) - 21.07.2009
- 27 - Boa Vista (Empalme) - 22.07.2009
- 28 - Boa Vista (Bom Jardim) - 23.07.2009
- 29 - Euclides Chequer, Rua das Passos, Dr. Elio, Alconco Pena, Dna. Gertrudes - 28.07.2009
- 30 - Centro, Lourdes, Ramos, Célia Barbardes, Vereda do Bosque, Belvedere, Gomes Barbosa, Santa Rita, Santa Luzia, Álvaro Gouveia e Rua Santiana - 29.07.2009
- 31 - Cristal - 12.08.2009
- 32 - Camari, Jardim do Vale, Monte Verde, Quinta dos Guimarães - 13.08.2009
- 33 - Pau do Cedro - 18.08.2009
- 34 - Corrego São João - 19.08.2009
- 35 - Paraiso, Palmital e Corrego do Engenho - 20.08.2009
- 36 - Catadores - 22.08.2009
- 37 - Funcionários do SAAE - 24.08.2009
- 38 - Funcionários da Limpeza da PMV - 08.09.2009
- 39 - CMDRS - Rurais - 14.09.2009



Mapa 3: Distribuição das reuniões públicas realizadas pela equipe técnica do PMSBV  
Fonte: Equipe Técnica do PMSBV 2009.

O planejamento para a realização dessas reuniões iniciou-se com a divisão do município, tendo por base a divisão por bairros e a zonas rurais mais populosas, em locais onde seriam efetivadas as reuniões. Houve a junção de alguns bairros pela proximidade física e pertencerem, por exemplo, a mesma bacia hidrográfica. Não é um dos nossos objetivos uma discussão aprofundada dos critérios adotados na delimitação dos locais onde seriam realizadas as reuniões com a população dos bairros e comunidades rurais e, conseqüentemente, as implicações dessa no processo, mas acreditamos que esse fator é um elemento importante que não pode ser desprezado em um trabalho mais aprofundado.

A estratégia de mobilização das comunidades foi, em um primeiro momento, executada através do mapeamento e contato com as lideranças dos bairros, através de uma reunião com a UMAN União Municipal de Associações de Moradores de Viçosa e, posteriormente, por meio de contato pessoal com essas lideranças que auxiliaram na mobilização em suas localidades.

Após a articulação com as lideranças locais, seguiu-se para o trabalho de divulgação que se materializou na utilização de espaços na mídia local como jornais, emissoras de rádio, além da utilização de panfletos e cartazes. Em algumas reuniões também houve a utilização de carros de som que percorriam os bairros fazendo a divulgação e convidando os moradores para as reuniões.

No que se refere à metodologia utilizada nas reuniões públicas de diagnóstico do plano, essa consistia, conforme a pauta apresentada nessas reuniões, em dez etapas, a saber: 1) exibição de um vídeo<sup>7</sup>; 2) abertura da reunião, 3) auto-apresentação dos participantes, 4) contrato de convivência; 5) apresentação dos objetivos do plano municipal de saneamento básico; 6) as etapas de elaboração do plano; 7) motivação do público através da exibição de fotos da comunidade; 8) construção do diagnóstico; 9) reconhecimento das prioridades e emergências; 10) escolhas dos delegados. Cada reunião tinha duração média de duas horas, percorrendo todas essas etapas.

É importante destacar na metodologia utilizada as fases de apresentação dos objetivos, apresentação das etapas de elaboração do plano e o momento em que era feito o diagnóstico. Na apresentação dos objetivos e etapas do plano eram relatados aos

---

<sup>7</sup> O referido vídeo que era exibido nas reuniões consistia em um vídeo produzido pelo SAAE e relatava as ações da autarquia nos serviços de água e esgoto da cidade.

membros da comunidade ou bairro presentes nas reuniões, de maneira sucinta, os objetivos da realização do plano de saneamento no município, tendo como subsídios os preceitos de universalização e qualidade dos serviços relacionados ao saneamento contidos na Lei 11.445 de 2007. Além disso, eram explicadas, também de maneira rápida, as quatro áreas que compõem os serviços de saneamento, abastecimento de água, coleta e tratamento do esgoto, drenagem urbana e coleta e tratamento de resíduos sólidos. Posteriormente, eram explicitadas as etapas que se seguiriam para a confecção do plano que eram, 1) reuniões com a comunidade; 2) indicação de três delegados titulares e três suplentes, por comunidade; 3) capacitação dos delegados; 4) primeira assembleia municipal para apreciar, sistematizar e priorizar as propostas das reuniões com a comunidade; 5) apresentação à comunidade, pelos delegados, das propostas priorizadas na assembleia municipal; 6) segunda assembleia municipal para aprovação das propostas; 7) aprovação do plano na Câmara.

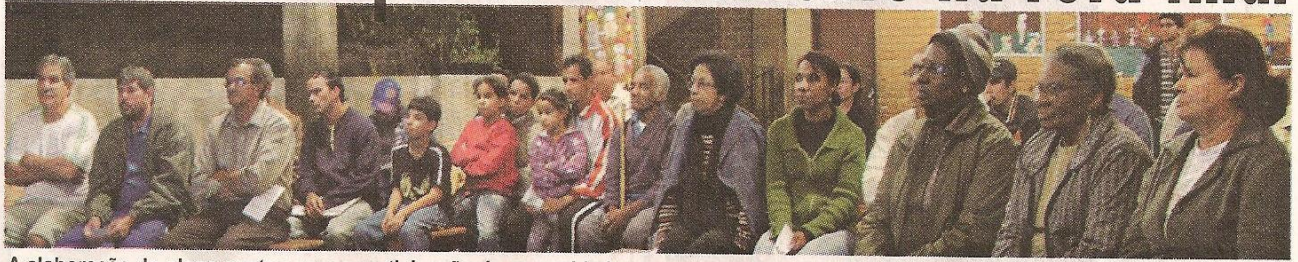
Após essas etapas da reunião acima citadas, eram exibidas fotos da comunidade como forma de incentivo para que as pessoas presentes relatassem os problemas relacionados ao saneamento de seu bairro ou comunidade. O passo seguinte, o diagnóstico, consistia no momento da reunião em que a palavra era dada às pessoas da comunidade para que expusessem os problemas e as possíveis soluções para esses. As falas eram anotadas em um cartaz por um membro da equipe e, ao final, lidas e aprovadas pelos presentes.

Posteriormente à leitura e aprovação do diagnóstico do saneamento pelos moradores, eram elencadas, dentre os problemas apresentados, as prioridades e emergências que deveriam ser solucionadas em um período de curto e médio prazo. Por fim, ao término das reuniões eram eleitos três delegados titulares e três delegados suplentes que participariam de uma capacitação e representariam os bairros em duas assembleias. A princípio, apenas a primeira assembleia se realizou e não houve capacitação dos delegados, como estava previsto inicialmente. Torna-se relevante relatar que o plano passa, ainda pelo processo de finalização para ser apresentado à Câmara Municipal.

Na figura seguinte podemos verificar uma notícia sobre o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento básico, dando destaque para as reuniões com a população.



# Plano Municipal de Saneamento na reta final



A elaboração do plano contou com a participação da comunidade, como nesta reunião, realizada no Bom Jesus

O Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa (PMS-BV) se encontra em fase final de elaboração, após quase um ano de atividades na cidade. O Plano, que tem o apoio do Saae de Viçosa e da Funasa, tem como meta promover o saneamento de qualidade para todas as camadas da população, melhorando a qualidade de vida no município, por meio do abastecimento com água tratada, coleta e tratamento de esgoto, destinação correta de resíduos sólidos e captação e direcionamento das águas das chuvas.

Para a elaboração do Plano, uma equipe técnica, composta por profissionais e estudantes da UFV, vem promovendo reuniões comunitárias públicas desde dezembro do último ano, com o objetivo de mobilizar a população para que, através de sua vivência, apontasse os problemas e sugestões para a melhoria do atendimento dos serviços de saneamento da cidade.

Após mais de 30 reuniões públicas em diversos bairros e na zona rural, a equipe de elaboração do PMSBV reuniu-se com profissionais ligados ao setor de saneamento, que convivem diariamente com os problemas da cidade e que podem apontar as principais questões e sugerir soluções. Para isso, foram ouvidos catadores de material reciclado, servidores do Saae, servidores da Limpeza Pública e, na última semana, com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

A partir de agora será redigido um relatório com o diagnóstico dos principais desafios do saneamento na cidade, que será apresentado na primeira Assembléia Geral com a participação dos delegados eleitos para representar os moradores de cada bairro, no próximo dia 17, das 14 às 18 horas, no Colégio Anglo, localizado no terceiro andar do Viçosa Shopping.

Durante o encontro, o diagnóstico elaborado e as propostas para a solução das questões levantadas pelos moradores serão discutidos pelos delegados e técnicos, a fim de definir as prioridades do saneamento na cidade como um todo. E, em uma segunda Assembléia, o Plano será construído e aprovado.

O documento final do Plano de Saneamento da cidade será encaminhado à Câmara Municipal, para ser votado e se transformar em uma Lei com a validade de 20 anos.

Figura 1: Notícia veiculada em jornal local sobre as reuniões públicas do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa.

Fonte: Jornal Folha da Mata, 09 de outubro de 2009, p. 14.



As reuniões públicas realizadas pela equipe que realizou o Plano Municipal de Saneamento de Viçosa tiveram por característica principal o diagnóstico dos problemas de cada bairro e as possíveis soluções propostas pela comunidade. No entanto, não houve espaço para a discussão dos fatores ou agentes que seriam responsáveis pelos problemas da cidade. Isto se refletiu nas atas das reuniões que pontuaram, em sua grande parte, apenas os problemas levantados pelos participantes das reuniões.

Esse preâmbulo inicial, em que procuramos fazer uma síntese do processo de realização das reuniões públicas se fez necessário por essas serem o principal foco deste trabalho. Procuraremos, a partir desse momento, nos ater às análises das atas das 34 reuniões públicas realizadas pela equipe que elaborou o plano municipal de saneamento básico de Viçosa como a população, procurando verificar como foram tratadas as questões relacionadas ao abastecimento de água e, dessa forma, procurar as relações entre esses dados e os procedimentos metodológicos adotados e outras variáveis.

### **3.1 – Problematizações acerca dos usos da água em Viçosa a partir das falas da população local**

Para selecionar as falas contidas nas atas das reuniões públicas de diagnóstico participativo, consideramos os problemas ou sugestões relacionados ao abastecimento de água aqueles que se referiram ao fornecimento de água, aos preços das tarifas, à preservação dos mananciais ou nascentes que fornecem água ao município, desperdício e a qualidade da água, formas de controle, apropriação e utilização, proposições no sentido de solucionar possíveis problemas. Além disso, procuramos fazer uma análise qualitativa e quantitativa, ou seja, tentamos verificar quais reuniões onde o tema em relevo teve uma maior atenção por parte dos moradores.

Temos a consciência que se trata de uma tarefa complexa tentar separar o abastecimento de água dos outros itens que compõem os serviços de saneamento, uma vez que, na dinâmica da relação sociedade natureza, na produção do espaço, tudo isso está intimamente ligado. Porém, essa separação tem como objetivo tentar verificar como essa questão em específico, o abastecimento de água, foi apropriada e discutida pela população em virtude dos problemas que a cidade vem enfrentando nesse âmbito.

Nesse sentido, ao analisarmos o total de 34 atas de reuniões constatamos que 12 não citaram diretamente problemas ou outra espécie de comentários relacionados ao

abastecimento de água, por outro lado em 22 atas constavam problemas ou comentários da população relacionados ao abastecimento de água. Ao colocarmos essas informações em um gráfico teremos:

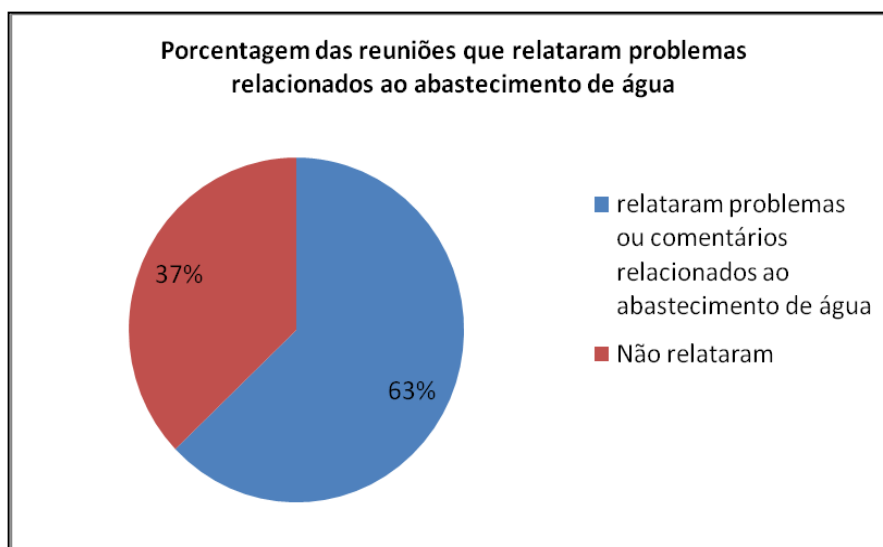


Gráfico 2: Elaboração própria a partir das atas das reuniões públicas realizadas pela equipe do PMSBV (2010).

Quando verificamos a porcentagem bairros que relataram intermitência ou falta de rede de água tratada temos a seguinte configuração:

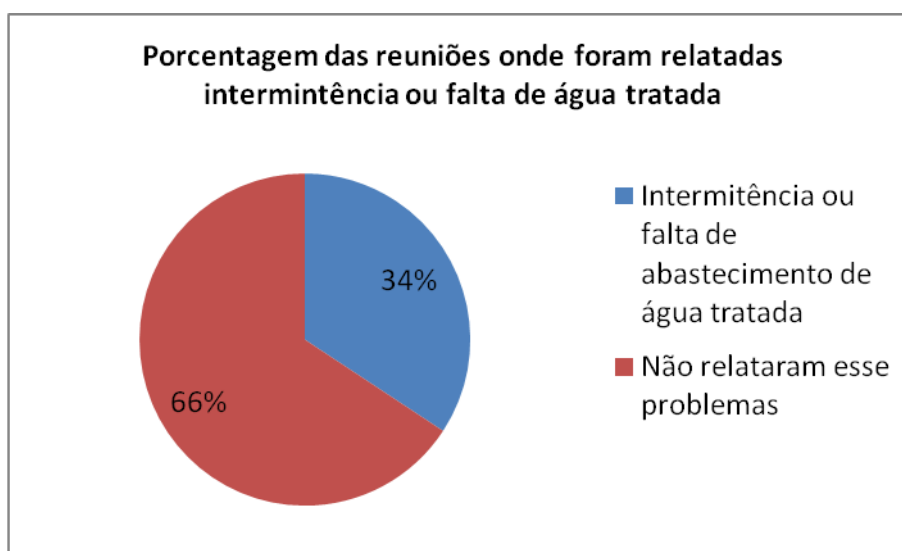


Gráfico 3: Elaboração própria a partir das atas das reuniões públicas realizadas pela equipe do PMSBV (2010).

Ao final de cada reunião pública de diagnóstico participativo, eram hierarquizadas em ordem de prioridade os problemas colocados pelos moradores. Ao checarmos aquelas comunidades que colocaram a questão do abastecimento entre as prioridades constatado que foram menos de 1/3:

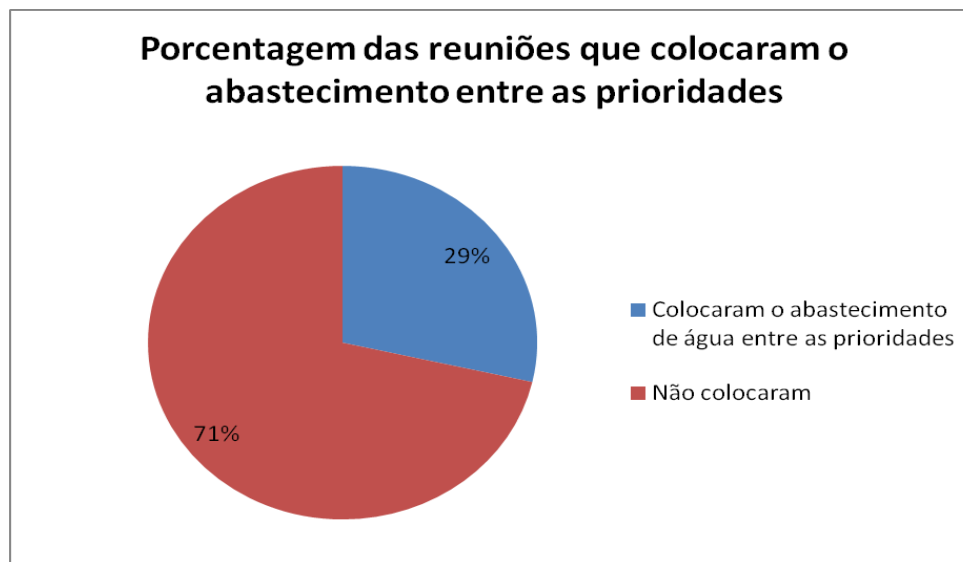


Gráfico 4: Elaboração própria a partir das atas das reuniões públicas realizadas pela equipe do PMSBV (2010).

No gráfico seguinte, onde estão divididas as reuniões de acordo com a ordem de prioridades dos problemas relacionados ao abastecimento de água, percebemos que apenas cinco reuniões do total de 34, colocaram o abastecimento de água como primeira prioridade dentre os problemas levantados pelas comunidades.

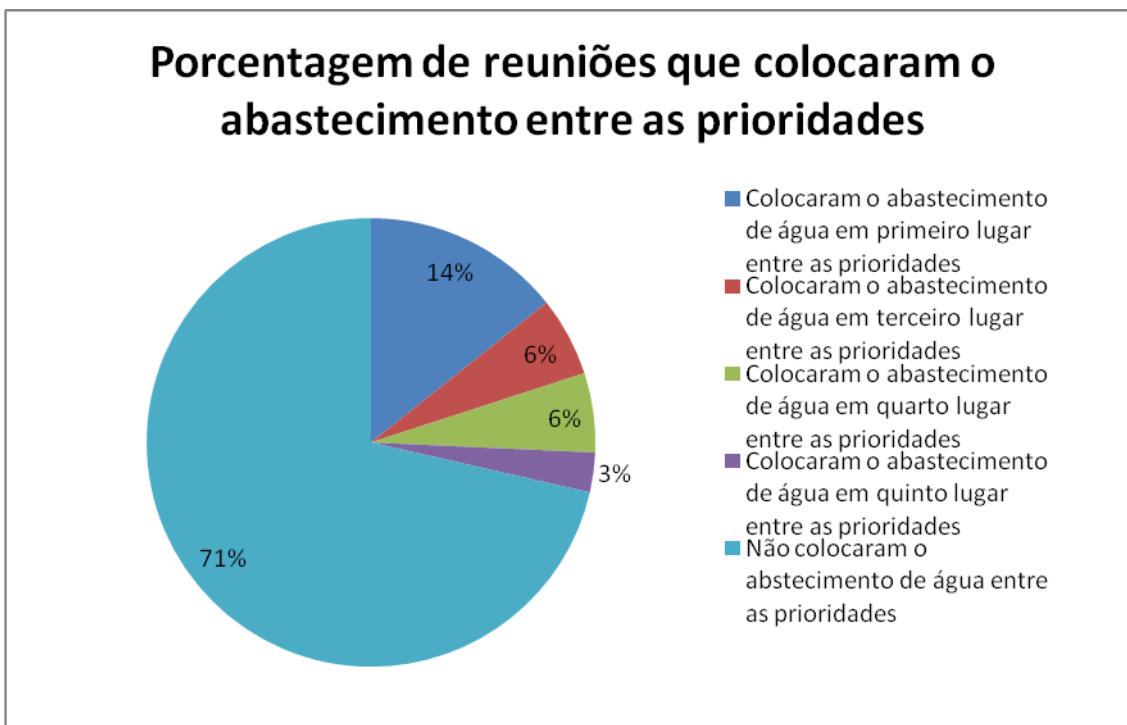
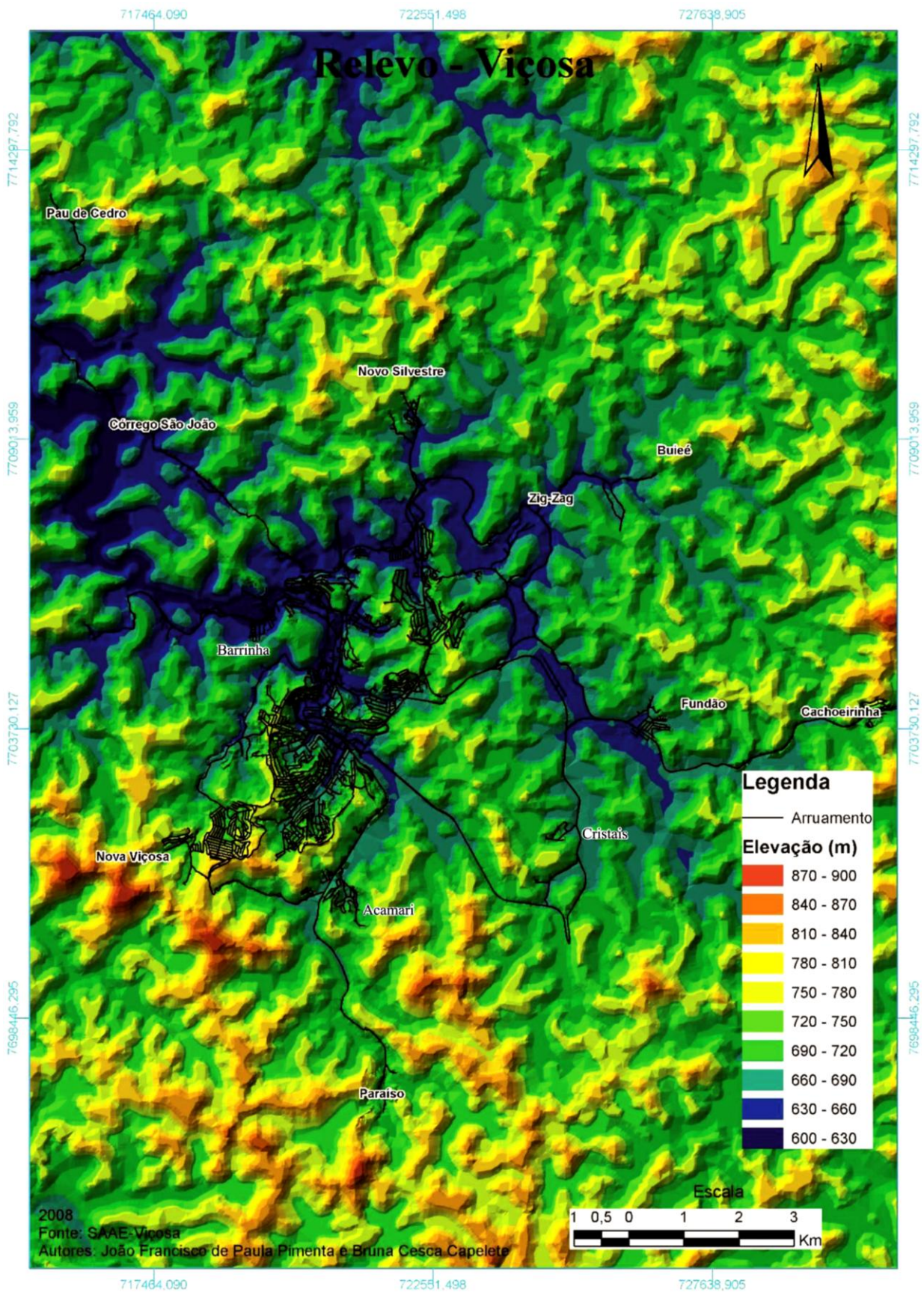


Gráfico 5: Elaboração própria a partir das atas das reuniões públicas realizadas pela equipe do PMSBV.

Diante desses dados, podemos perceber que os problemas relacionados ao abastecimento de água não estão entre os mais elencados e priorizados nas reuniões públicas de diagnóstico participativo. Apenas em 10 reuniões as questões ligadas ao abastecimento de água, principalmente, a questão da intermitência e da falta de rede de abastecimento, foram colocadas entre as prioridades dos problemas levantados. Além disso, apenas em cinco reuniões o tema apareceu em primeira ordem de prioridade.

Dentre as cinco reuniões que colocaram a questão do abastecimento de água em primeiro lugar na lista de prioridades, duas estão localizadas na bacia do São Bartolomeu, uma que reuniu os condomínios Acamari, Jardim do Vale, Monte Verde, Quinta dos Guimarães, Vila Alves e outra reunião com as comunidades rurais da Vila Novo Paraíso, Palmital e Córrego do Engenho. As outras reuniões que colocaram o abastecimento de água em primeira ordem de prioridade foram: uma realizada na comunidade rural do Pau de Cedro (Bacia do Rio Turvo Sujo), uma segunda na comunidade rural dos Cristais e, por último, no bairro da Barrinha (bairro periférico da cidade localizado próximo ao encontro do Ribeirão São Bartolomeu com o Rio Turvo Sujo). No Mapa abaixo podemos verificar a localização desses bairros e das comunidades rurais.





Mapa 4 - Localização de comunidades rurais e bairros de Viçosa - MG  
 Fonte: Capelete e Pimenta, 2008, p. 25.

Em uma análise das atas das reuniões públicas enfocando mais o aspecto qualitativo, foi possível verificar que, foi justamente nas reuniões nas localidades citadas acima que houve uma maior atenção dos participantes para as questões ligadas ao abastecimento de água.

No que se refere à ata da reunião realizada nos condomínios Acamari, Jardim do Vale, Monte Verde, Quinta dos Guimarães, Vila Alves, a falas dos moradores giraram em torno do controle do abastecimento de água pelo SAAE uma vez que esses são abastecidos por poços:

| <b>Quadro 1: Falas sobre o controle da água</b> |
|---|
|---|

|  |
|--|
| <p><i>“Existe uma grande preocupação com o nível de consumo de água. O morador acha que precisa ser usado um instrumento legal para colocar hidrômetro”.</i></p> |
|--|

|   |
|---|
| <p><i>“A água sempre foi uma preocupação, mas ninguém sabe onde vai parar”.</i></p> |
|---|

|   |
|---|
| <p><i>“A questão da água é fundamental, tem 4 poços semi-profundos. O SAAE ou alguém tem que tomar conta da micro-medição”.</i></p> |
|---|

|  |
|--|
| <p><i>“A água não é tratada e nem clorada. Não tem controle de qualidade da água. A água está ficando muito dura, entupindo o chuveiro”.</i></p> |
|--|

|  |
|--|
| <p><i>“Estamos cansados de ver pessoas jogando água fora, pessoas lavando calçada e colocando dispersor em época de seca”.</i></p> |
|--|

|  |
|--|
| <p><i>“É necessário que o SAAE faça campanha e até assuma o serviço para haver denúncia de mau uso da água”.</i></p> |
|--|

|  |
|--|
| <p><i>“Falta controle do uso da água. Falta conscientização e preocupação com a natureza”.</i></p> |
|--|

Fonte: Seleção de trechos da ata da reunião realizada com os condomínios Acamari, Jardim do Vale, Monte Verde, Quinta dos Guimarães e a Vila Alves, realizada no dia 13 de agosto de 2009.

Além do controle do abastecimento de água pelo SAAE, os moradores desses condomínios mostraram preocupação com o adensamento na bacia do São Bartolomeu, sobretudo pela aprovação recente dos órgãos de planejamento da cidade da construção de dois prédios próximos ao condomínio Acamari, pois, segundo os participantes, poderia trazer consequência para o abastecimento de água.

**Quadro 2: Falas acerca do adensamento urbano na cabeceira do ribeirão São Bartolomeu**

*“O próprio funcionário do IMPLAM faz Avaliação de Impacto Ambiental dos empreendimentos imobiliários que descumprem a legislação. 2 torres que vão ser construídas ao longo da rodovia”.*

*“A preocupação é o adensamento urbano na cabeceira do ribeirão São Bartolomeu”.*

*“Propostas de permitir o adensamento na cabeceira do São Bartolomeu estão sendo discutidas na Câmara e tem preocupado a população”.*

Fonte: Seleção de trechos da ata da reunião realizada com os condomínios Acamari, Jardim do Vale, Monte Verde, Quinta dos Guimarães e a Vila Alves, realizada no dia 13 de agosto de 2009.

Por outro lado, nas atas de outras três reuniões realizadas nas comunidades rurais do Paraíso, Palmital e Córrego do Engenho (localizadas na bacia do Ribeirão São Bartolomeu), Cristais e Pau de Cedro, as falas dos moradores a respeito da água, em sua maioria, referiam-se às questões como poluição da água por esgoto ou resíduos de pequenas fábricas, preocupação com a preservação dos cursos d’água, intermitência do abastecimento realizado pelo SAAE, contaminação da água utilizada no consumo doméstico (poço ou ribeirão) onde a abastecimento do SAAE não se faz presente.

**Quadro 3: Falas sobre poluição e contaminação da água**

*“Na Rua paraíso nº 93 usa água do SAAE, de muito boa qualidade, mas não sabe por que ela falta muito, fica dois dias sem. Quando liga para o SAAE eles falam “tô indo, tô indo” e não vem”.*

*“O projeto de se construir fossa séptica em todas as casas para não jogar esgoto no rio que chega na cidade. O esgoto é lançado no leito do rio. Muitas prefeituras menores que Viçosa já fizeram esse investimento, mas aqui não”.*

*“Fizeram análise da água do Córrego do Engenho e deu que ela está contaminada”.*

*“Tem que haver preservação das nascentes”.*

*“Eles não tem água tratada no córrego do Engenho e a água da mina está contaminada”.*

*“Já conversei com o SAAE para poder distribuir água tratada no Córrego do Engenho”.*

*porque é de interesse deles também”.*

Fonte: Seleção de trechos da ata da reunião com as comunidades rurais Vila Novo Paraíso, Palmital e Córrego do Engenho – Reunião realizada no dia 20 de agosto de 2009.

#### **Quadro 4: Falas sobre poluição e contaminação da água**

*“A água parou a uma distância longe em frente à igreja, no Córrego Jacinto e não chega ao Pau de Cedro”.*

*“Tem que jogar o esgoto em outro lugar, pois tem casas perto do córrego. Tem que achar uma solução para isto”.*

*“A água vai até a Poca, deveria ir até o Pau de Cedro”.*

*“O esgoto é jogado no córrego, se tirar melhora”.*

*“Quando comecei trabalhar na escola não tinha água. Tinha que caminhar um monte. Depois que colocaram água aqui melhorou demais da conta. Na minha casa falta água de vez em quando. Isso é na comunidade toda. Acontece quando dá problema na bomba”.*

*“No córrego pega mancha e pega xistose”.*

Fonte: Seleção de trechos da ata da reunião realizada com a comunidade rural do Pau de Cedro no dia 18 de agosto de 2009.

#### **Quadro 5: Falas sobre poluição e contaminação da água**

*“A questão da água tratada é uma preocupação, é uma demanda antiga. Teve sérios problemas de saúde e 1 óbito devido à água contaminada, algumas casas têm água sabidamente contaminada”.*

*“Um problema muito maior é o matadouro e a fábrica de xampu que jogam espuma, sangue e resíduos no córrego”*

*“Você vai de manhã cedinho ao córrego e na cachoeira e só vê espuma.”*

*“Também tem uma criação de porcos ao lado do córrego”.*

*“Tem duas fábricas de xampu na comunidade e as duas jogam espuma nos córregos. Uma joga no São Bartolomeu e a outra joga no Turvo Sujo”.*

*“Os resíduos do motel são jogados no Rio Turvo Sujo”.*

*“Tem um poço artesiano sem equipamento necessário”.*

Fonte: Seleção de trechos da ata da reunião realizada com a comunidade dos Cristais no dia 12 de agosto de 2009.



A única exceção dentre as cinco reuniões que colocaram o abastecimento de água em primeira ordem de prioridade entre problemas da comunidade relacionados ao saneamento foi a reunião realizada no bairro da Barrinha. Apesar de terem colocado o abastecimento de água em primeiro lugar, as poucas falas que se referiam a esse assunto referiam-se a uma rua e a um campo de futebol que ainda não possuíam abastecimento de água fornecido pelo SAAE.

**Quadro 6: Falas sobre poluição e contaminação da água**

*“A Rua Inácio de Oliveira Amaral não tem rede de esgoto e em parte da rua não há rede de água tratada. Existem fossas no local que transbordam;*

*“O campo de futebol do bairro é abastecido com água de cisterna, não há água tratada e o lugar é muito freqüentado por crianças;”*

Fonte: Seleção de trechos da ata da reunião realizada no Bairro Barrinha no dia 09 de dezembro de 2008.

É possível verificar, observando as atas dessas cinco reuniões que colocaram o abastecimento de água como primeira prioridade, as formas diferentes de apropriação da água, ficando essa diferença mais visível quando comparamos as atas das reuniões realizadas no bairro da cidade (Barrinha) e aquelas realizadas nas comunidades rurais (Vila Novo Paraíso, Palmital, Córrego do Engenho, Cristais e Pau de Cedro).

É possível perceber que as comunidades ligadas ao meio rural, em função de seu maior contato com os cursos d’água em função de suas práticas espaciais, têm uma apropriação material e simbólica dos recursos do território diferente daquela de bairros urbanos. Isso não se restringe apenas às atas dessas cinco reuniões públicas citadas acima, nos relatos de outras reuniões as falas também nos dão indícios dessas diferenças.

De maneira geral, nas reuniões realizadas em bairros da cidade a maioria das falas que se referia ao abastecimento de água ressaltava principalmente a intermitência no abastecimento e as altas taxas cobradas pela água, como podemos verificar abaixo:

**Quadro 7: Falas sobre intermitência no abastecimento e taxas cobradas pela água.**

*“As contas de água da casa nº48 da Rua Celina Ladeira estão muito altas.”1*

*“Na Rua N, do bairro União, acima do nº 87, ocorre intermitência no abastecimento*

*de água no período de estiagem;” 2*

*“Falta água no campo do Guarani, na Rua 1º de Maio e na parte alta do bairro no tempo da seca”. 3*

*“O SAAE tem fazer um planejamento para vistoria atenciosa de cobranças indevidas”. 4*

*“Muita enxurrada oriunda do cemitério Colina da Saudade, na rua Quito Valente, denotando falta de estrutura de drenagem na rua e a montante, no cemitério. Nesta mesma rua, uma moradora reclamou de taxas ou cobranças injustas da conta de água;”5*

*“Falta d’água na Rua Oliveira nº 85ª constantemente. Reclamam demais. São duas redes, quando funciona uma a outra pára”. 6*

*“Foi reclamação dos participantes o alto custo das tarifas de água, esgoto e lixo;”*

*“Intermitência no abastecimento de água tratada ocorre em alguns locais a partir das 22h.” 7*

*“O apelido do bairro é Rua Seca, por causa da falta de água”. 8*

Fonte: Seleção de trechos das atas das reuniões realizadas nos bairros numerados abaixo:

- 1 Distrito de São José do Triunfo no dia 05 de fevereiro de 2009;
- 2 Bairros São Sebastião e União no dia 29 de janeiro de 2009;
- 3 Bairro Boa Vista (Escorpião) no dia 22 de julho de 2009;
- 4 Bairros Nova Viçosa e Posses no dia 19 de fevereiro de 2009;
- 5 Bairro Cidade Nova no dia 08 de Janeiro de 2009;
- 6 Bairro Bom Jesus no dia 07 de julho de 2009;
- 7 Bairro Inácio Martins no dia 27 de Janeiro de 2009;
- 8 Bairro Bela Vista (Pintinho) no dia 21 de julho de 2009.

No que tange às reuniões realizadas em comunidades rurais, além de tratarem da questão da água com uma maior atenção a aspectos ligados a preservação dos cursos d’água, foi possível perceber a presença de falas que refletem uma perda da autonomia de usos tradicionais da água ao longo do tempo que, como Porto-Gonçalves (2004) nos indica, são reflexos de um modelo hegemônico de desenvolvimento e, conseqüentemente, de apropriação dos recursos do território.

No contexto de Viçosa, essa perda de autonomia e de usos tradicionais da água são conseqüências do processo de urbanização vivenciado pela cidade nas últimas décadas que, por um lado, vem gerando uma maior demanda por água e, por outro, vem impossibilitando determinados usos tradicionais, devido aos impactos decorrentes desse crescimento urbano altamente deletério no que tange as questões sociais e ambientais.

O crescimento urbano, além de propiciar um espaço altamente fragmentado socialmente e seu uso e ocupação estarem diretamente ligados aos interesses do capital privado, trouxe grandes impactos aos principais cursos d'água do município, como: a ocupação de Áreas de Proteção Permanente ao longo da bacia do São Bartolomeu; o despejo, ao longo de décadas, de esgoto (doméstico ou de pequenas fábricas) sem tratamento nos cursos d'água; contaminação da água por resíduos de pequenas fábricas ou por resíduos sólidos urbanos.

O uso inadequado do solo para as atividades agrícolas nas bacias de captação é outro fator importante que deve ser considerado neste contexto. Entretanto, apesar de estarmos diante de um centro de excelência nas pesquisas ligadas à produção agrícola, não se percebe trabalhos significativos da UFV junto à população que reside nas bacias que abastecem a cidade e a instituição, no intuito de encontrar uma forma de produção agrícola e de usos da água que garanta a reprodução dessa população e a manutenção dos cursos d'água.

**Quadro 8: Falas sobre autonomia e controle de usos tradicionais da água**

*“Quando eu era pequena, as crianças podiam nadar e beber água do rio que hoje está maltratado”. 1*

*“Onde eu moro tinha muita água. Depois que plantaram eucalipto secou a água. Na cabeceira da grotta dos Cristais, depois da linha de ferro em uma estrada sem saída”. 2*

*“Tem muitas promessas, 70% da população de Viçosa depende da água do São Bartolomeu. Não tem mais rio, é esgoto. Essa medida é de emergência. Quando eu era menino, entrava no rio, pescava, não tinha como atravessar o rio. Hoje tenho 38 anos e o rio é um filete e poluído”. 3*

*“Eles não tem água tratada no córrego do Engenho e a água da mina está contaminada”. 3*

*“Antigamente as pessoas nadavam no ribeirão”. 4*

Fonte: Seleção de trechos das atas das reuniões realizadas nas comunidades numeradas abaixo:

1 Comunidade rural do Buiéié no dia 05 de maio de 2009;

2 Comunidade rural dos Cristais no dia 12 de agosto de 2009;

3 Comunidades rurais Vila Novo Paraíso, Palmital e Córrego do Engenho dia 20 de agosto de 2009;

4 Comunidade do Zig Zag no dia 20 de julho de 2009.

Outra questão importante que deve ser colocada em discussão é em que medida a homogeneização técnica dos serviços de saneamento, considerando o espaço também como passível dessa mesma homogeneização, é uma solução viável para o abastecimento de água? Faz-se importante essa questão, pois algumas falas observadas nas atas das reuniões realizadas em comunidade rurais nas quais os serviços de abastecimento de água foram expandidos pelo SAAE através de poços profundos (Buieié, Córrego São João, Vila Novo Paraíso, Pau de Cedro, Romão dos Reis e Vila Alves) demonstraram que, em caso de alguma falha desse sistema, as pessoas acabam utilizando métodos tradicionais de utilização da água.

**Quadro 9: Falas sobre alternativas de uso da água frente a ineficiência do modelo adotado.**

*“Falta muita água, direto, de mês em mês. Quem tem cisterna pega água, quem não tem pega no ribeirão, fica uns dois três dias sem água. O lugar é o caminho da granja”. 1*

*“Quando falta água é na comunidade toda”. 1*

*“O que encarece muito as contas de água são as taxas”. 2*

*“Eu estou quase fazendo um poço, pois não estou agüentando pagar as contas”. 2*

*“Será que essa água é boa pra beber”. 2*

Fonte: Seleção de trechos das atas das reuniões realizadas nas comunidades numeradas abaixo:

1 Comunidade rural do Córrego São João no dia 19 de agosto de 2009;

2 Na Zig Zag no dia 20 de julho de 2009.

Não nos cabe apontar formas de abastecimento e de usos da água alternativos ao modelo técnico vigente. Porém, temos que levar em consideração que o espaço não é homogêneo e, muito menos, passível de uma homogeneização técnica, em função das diferentes formas de apropriação material e simbólica do território. Portanto, a decisão da melhor forma técnica de abastecimento de água deve perpassar essa complexidade do território, ou seja, discutida e deliberada junto à população, levando-se em consideração, acima de tudo, os aspectos ligados a autonomia e o controle dessa população sobre a água.

Apesar de não ser possível presenciar o debate sobre a água em todas as reuniões realizadas pela equipe técnica do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa, a análise acima nos demonstra a complexidade da questão quando se trata de um município com diversas comunidades que se caracterizam pela heterogeneidade na apropriação material e simbólica dos recursos do território. Entretanto, a cidade nos últimos anos vem sofrendo nos períodos de seca o risco de racionamento devido à baixa vazão do ribeirão São Bartolomeu, cujo regime está relacionado ao todo esse debate. Dessa forma, não percebemos uma discussão mais aprofundada sobre o tema nas reuniões realizadas. Inclusive neste ano (2010) o SAAE alertou a comunidade sobre a possibilidade de racionamento, como podemos verificar na figura seguinte.

## SAAE alerta a comunidade sobre falta de água

22 de setembro de 2010

Há mais de cinco meses, Viçosa não recebe uma chuva considerável. Devido a este longo período de estiagem, o Ribeirão São Bartolomeu, que atende a metade da cidade, diminuiu sua vazão em cerca de 40%.



O baixo nível do São Bartolomeu é uma preocupação para o abastecimento da cidade e do campus da UFV

O SAAE solicita a atenção da comunidade para o uso consciente da água, para que a cidade não sofra com problemas de abastecimento.

A cidade de Viçosa consome cerca de 16 milhões de litros de água por dia. Com a falta de chuvas, os reservatórios da ETAI e ETAlI estão sendo utilizados em sua máxima capacidade, contudo a reduzida quantidade de água disponível no Ribeirão São Bartolomeu começa a ser uma preocupação: a vazão normal do Ribeirão, que é de 105 litros por segundo, atualmente está em cerca de 70. Caso a vazão chegue a 50 litros por segundo, o SAAE vai solicitar ao CODEMA autorização para decretar estado de alerta, iniciando um período de racionamento. Desta forma, a distribuição de água vai acontecer em horários alternados nos bairros.



A vazão do São Bartolomeu já diminuiu em cerca de 40%

Nesta semana, a Divisão de Água e Esgotos da UFV, que também capta água do Ribeirão São Bartolomeu, fez um alerta à comunidade acadêmica sobre a diminuição de oferta de água do manancial, que poderá provocar também o comprometimento de abastecimento no campus.

É preciso que toda a população fique atenta ao desperdício: não lave calçadas nem carros com mangueira, evite banhos demorados, ao lavar a louça ensaboe tudo antes de enxaguar, feche a torneira enquanto escova os dentes, faz a barba ou ensaboa as mãos, deixe a roupa acumular e lave tudo de uma vez, e sempre verifique vazamentos. Uma torneira pingando desperdiça cerca de 45 litros de água por dia.

Figura 2: Alerta do SAAE à população sobre o risco de racionamento de água.

Fonte: <<http://www.saaevicosa.com.br/portal/?p=1025>>. Acesso: em 25 set. 2010

O discurso acima, como perceber verificar, se refere à escassez da água na cidade enquanto um problema de ordem natural. No entanto, não se trata simplesmente de um problema de escassez de água, mas que advém de um modelo de desenvolvimento urbano adotado no município. Verifica-se que o ônus pela escassez é creditado ao regime de chuvas, deslocando o tema de todo seu contexto econômico, político e social de apropriação do território na cidade. Logo, quando a chuvas voltarem os problemas estarão resolvidos.

### **3.2 – A fala dos especialistas**

Com o intuito de melhor compreender como foram realizadas as reuniões e quais seriam, na opinião dos executores do plano, os fatores que contribuíram para que a água não fosse discutida de maneira mais ampla pela população foram feitas duas entrevistas semi-estruturadas com membros da equipe técnica que realizou o plano municipal de saneamento básico de Viçosa.

A escolha dos entrevistados deve-se à necessidade de obtermos, a partir dos técnicos, uma visão mais geral da realização do plano e uma perspectiva da mobilização social e das reuniões públicas. Os entrevistados poderiam nos oferecer esses pontos de vistas, pois ocupavam, respectivamente, a função de coordenador executivo e de coordenadora de mobilização social.

Foi possível, a partir desses relatos, verificar que, no que toca aos aspectos metodológicos na realização das reuniões públicas, os principais objetivos seriam o diagnóstico e o empoderamento da população para que essa pudesse se sentir parte do processo de construção do plano.

| <b>Quadro 10: Fala sobre os objetivos das reuniões públicas</b>   |
|---|
| <i>Olha, o principal objetivo era fazer o diagnóstico. Elaborar um diagnóstico com a população que refletisse o conhecimento deles sobre os quatro assuntos. Elaboração do diagnóstico. Outro objetivo é a indicação dos delegados para a formação do fórum [...]. E eu acho também que o empoderamento da população e empoderamento da população através do fórum que a gente criou.</i> |

Fonte: Fragmento de entrevista com a coordenadora de mobilização social realizada no dia 22/10/2010.

**Quadro 11: Fala sobre os objetivos das reuniões públicas**

*Bom, o principal objetivo nesta metodologia não era nem fazer o diagnóstico, era criar um processo de participação onde as pessoas se comesçassem a sentir que elas são importantes nas decisões da cidade. O diagnóstico é mais um instrumento do que a própria finalidade. Se eles conseguissem chegar a um diagnóstico efetivo, objetivo aí seria a coroação total da metodologia [...]. Acho que o principal objetivo era esse. É aquilo que a Uiara chama de empoderamento. A pessoa se sentir com o poder de decisão de seu destino, o diagnóstico era um dos aspectos*

Fonte: Fragmento de entrevista com o coordenador executivo realizada no dia 14/10/2010.

De uma maneira geral, os entrevistados avaliaram positivamente a metodologia e os resultados alcançados, entretanto ambos admitiram que deveriam ser realizadas mais reuniões e deveria ter ocorrido um debate mais aprofundado sobre os temas, dentre eles a questão da água, porém isso foi dificultado pela falta de recursos financeiros, pessoas para comporem a equipe e tempo.

**Quadro 12: Falas sobre avaliação das reuniões públicas**

*[...] Então eu acho que só teve uma falha que nós não tivemos nem dinheiro e nem tempo. Porque se a gente tivesse tido dinheiro, a gente teria feito grupos de discussão sobre o quê que é a água, de onde que ela vem, a gente não teve tempo para isso. Esse foi um dos problemas que a gente teve, tempo e dinheiro. Tempo e recurso financeiro para poder [...] tempo porque a gente tinha que acabar e ninguém estava a disposição mais.*

Fonte: Fragmento de entrevista com a coordenadora de mobilização social realizada no dia 22/10/2010.

**Quadro 13: Falas sobre avaliação das reuniões públicas**

*[...] Então isso faltou talvez alguma coisa preparatória. Aquilo que a gente fala “você conhece esses lugares”, talvez mostrando o bairro todo pra ele, dá um tempo... Talvez fazer mais do que uma reunião no bairro. Ter uma reunião assim, só para discutir como é o bairro, como está o bairro e depois uma reunião para tirar propostas. Isso é uma questão de tempo e de grana, acho mais do que metodologia.*

*[...] A questão do próprio rádio, apesar do SAAE ter feito o convite, mas deveria ter*



*mais polêmica, mais debate, chamar o presidente do bairro antes da reunião no bairro, polarizar com isso. Então eu acho que faltou condições físicas, seja humana, seja financeira para que isso criasse uma mobilização maior.[...]*

Fonte: Fragmento de entrevista com o coordenador executivo realizada no dia 14/10/2010.

Esse fato ainda pode ser reforçado a partir da observação da assembléia dos delegados, realizada no dia 17 de outubro de 2009, na qual foram discutidas as soluções propostas pelos técnicos com base nos diagnósticos realizados nos bairros. Houve apontamentos dos delegados da falta de compreensão por esses de vários termos técnicos que estavam presentes nas soluções propostas o quê dificultava a compreensão e discussão. O que reflete ainda um antigo problema no processo de planejamento participativo, a dificuldade de comunicação entre os técnicos e a população, trazendo grandes dificuldades para a efetivação da participação.

O fato citado acima ainda reflete outro problema inerente ao processo de participação. Não foi verificado um espaço que permitissem a população propor soluções alternativas ao modelo técnico vigente para a área de saneamento, seja nas reuniões públicas ou na assembléia dos delegados. A discussão se pautou sobremaneira em cima do que já estava proposto pelos técnicos, como admitiu um dos entrevistados:

**Quadro 14: Falas acerca das propostas técnicas apresentadas pelos participantes das reuniões públicas.**

*[...] Porque eu acho que eles na assembléia geral ficaram muito em cima daquilo que nos escrevemos, não conseguiram ir muito além não. As pessoas que tentaram ir além era pessoas que já tinham, eram engenheiros, eram pessoas desse tipo assim, mas a própria população ficou em cima daquilo que a gente já tinha apresentado e posições, às vezes, até inadequadas que você vê que era por falta de conhecimento sobre o tema, então eu acho que nesse aspecto de dar informação para as pessoas, não propriamente doutriná-las, mas dar informação [...].*

Fonte: Fragmento de entrevista com o coordenador executivo realizada no dia 14/10/2010.

Isso nos deixa indícios que o modelo técnico que resolveria o problema já estava dado, não cabendo discuti-lo e vislumbrar alternativas que não as convencionais e que,

via de regra, são muito onerosas e não há garantias claras de que serão implementadas. Fundamentalmente, não houve discussão sobre a autonomia das pessoas em relação à água enquanto um bem social e suas diferentes/desiguais formas de apropriação. Ainda a resolução técnica dos problemas se restringe aos técnicos e acadêmicos, não havendo amadurecimento nas discussões com a população de soluções que sejam alternativas às convencionais. Não podemos deixar de ressaltar a complexidade de tal debate, no entanto ele se faz urgentemente necessário.

No que diz respeito ao controle da água, as falas da população nas atas que abordavam esse assunto, se remetiam ao SAAE enquanto instituição que se incumbiria de tal tarefa. Entretanto, algumas posições e ações da autarquia nos fazem refletir e questionar essa legitimidade e, fundamentalmente se ela defende realmente o interesse da população. Um exemplo dessas atitudes do SAAE que podemos citar seria o voto favorável da autarquia no CODEMA (Conselho Municipal de conservação de defesa do Meio Ambiente) para construção de dois prédios na bacia do São Bartolomeu, que pode ser o início de um crescimento da cidade naquele sentido.

|   |
|---|
| <b>Quadro 15: Fala sobre as atitudes do SAAE frente à expansão urbana</b> |
|---|

|   |
|---|
| <i>[...] O próprio SAAE, ao permitir, ao aprovar esses empreendimentos na bacia do São Bartolomeu, fazendo vista grossa para uma porção dessas coisas, e isso é uma ideologia deles lá, dá um recado à comunidade que isso não é importante. Quando o cara do SAAE vai lá no CODEMA e vota a favor do empreendimento em cima da bacia do São Bartolomeu ele está anulando do o processo que ele fez anteriormente.[...]</i> |
|---|

Fonte: Fragmento de entrevista com o coordenador executivo realizada no dia 14/10/2010.

Além disso, o SAAE ainda deu parecer favorável em 1999 à construção de um prédio em cima do ribeirão São Bartolomeu na entrada da Universidade, demonstrando claramente sua posição favorável a especulação imobiliária que se constitui um dos grandes problemas enfrentados pela cidade e, conseqüentemente, a defesa de um modelo de apropriação do espaço respaldado no discurso de que essa obra seria de interesse público. Esse discurso fica evidenciado na declaração apresentada na figura 3.

## DECLARAÇÃO

Analisando o projeto aprovado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços, da Prefeitura Municipal de Viçosa, bem como o parecer favorável do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), que trata do prolongamento da galeria do Ribeirão São Bartolomeu, na Av. P. H. Rolfs, por, aproximadamente, 55,00 metros, sentido jusante; execução de interceptores de esgoto laterais à galeria; aterro do talvegue, devidamente controlado geotecnicamente a 96% do Proctor normal, declaro que esta Comissão de Obras e Serviços é favorável à execução do mesmo, tendo-se em vista que tal obra irá favorecer à população no que se refere à moradia, contemplará com a construção da galeria e interceptores as soluções dos problemas de mau cheiro e concentração de roedores no local, eliminando, com isto, o desconforto da população lindeira à área e considerando que o referido ribeirão já se tornou um verdadeiro "esgoto a céu aberto", dado o crescimento populacional da cidade.

Viçosa, 01 de julho de 1999.

José Chequer

Presidente da Comissão de Obras e Serviços



CARTÓRIO FARIA  
TABELIONATO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS  
R. Arthur Bernardes, 126 - Tel.: 031-2192 - Viçosa - MG

Reconheço a(s) firma(s) de Sr. Chequer

como verdadeira(s). Em 1 de Julho de 1999.  
Viçosa, 1 de Julho de 1999.

(Firma no 2º Ofício de Notas do Distrito Federal e nas Capitais dos Estados e Territórios.)

Bel. Guilherme Nacif de Faria  
Tabelião Substituto

OAB/MG - 72 FIC 2º Ofício de Notas

2º OFÍCIO DE NOTAS  
COMARCA DE VIÇOSA  
MINAS GERAIS

1 JUL 1999

A presente é copia fiel do original  
que me foi apresentada.  
Em test. e 1 de Julho de 1999.  
Tabelião G. Nacif de Faria

14 15:59

Figura 3: Declaração autorizando a canalização de parte do ribeirão São Bartolomeu para a construção de um prédio na Av. PH Rolfs.

Fonte: <[http://vicosacidadeaberta.blogspot.com/2008/11/documentos-do-caso-carandir-de-1999\\_14.html](http://vicosacidadeaberta.blogspot.com/2008/11/documentos-do-caso-carandir-de-1999_14.html)>. Acesso em: 20 de out. de 2010.

Neste caso, a apropriação e intervenções no espaço e, por conseguinte, nos recursos ocorre através das estruturas de poder econômico e político presentes no município. Essa estrutura, como já nos alertou Acsehrad (2004) são legitimadas pela propagação de categorias e percepções que fazem valer os critérios dominantes elaborados e disseminados por uma minoria, neste presente caso a noção de interesse público.

Além dessas ações tomadas pelo SAAE, na opinião do coordenador executivo do plano e da coordenadora de mobilização social, não se vislumbra uma aplicação efetiva do plano, seja nos aspectos práticos e políticos, visto que, o fórum de delegados proposto a partir da assembléia realizada com os delegados para discussão de propostas, que deveria funcionar enquanto uma entidade representativa dos bairros e comunidades junto ao SAAE ainda não se efetivou e não há perspectiva que realmente irá funcionar. Após a assembléia houve apenas mais uma reunião para discussão das propostas técnicas relacionadas aos resíduos sólidos.

**Quadro 16: Fala sobre o SAAE e o Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa**

*[...] O próprio SAAE com esse plano que estamos tentando fazer aqui, no duro, ele já esta pronto, você acha que eles já olharam para aquele que está lá? Não aquele pacote tá lá em cima da mesa. Não vão olhar para aquilo lá não. Fazem as coisas por fazer, fez um plano diretor por fazer. [...]*

(Entrevista com o coordenador executivo realizada no dia 14/10/2010).

**Quadro 17: Fala sobre o SAAE e o Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa**

*[...] A gente teve reuniões para poder definir o plano do lixo, que foi muito legal. Mas quando o novo diretor do SAAE entrou, aí descambou, ele não faz, ele não vai fazer. Ele quer privatizar o lixo. Não teve mais nenhuma reunião depois daquela. Porque o diretor anterior ficava provocando você lembra? “Vamo fazer!” “Vamo fazer!”. A gente nunca foi chamado lá. [...]*

(Entrevista com a coordenadora de mobilização social realizada no dia 22/10/2010).

Portanto, além colocar em dúvida sua legitimidade do controle da água através de posicionamentos que vão ao encontro do interesse privado em detrimento do interesse público, o SAAE, segundo os técnicos que elaboraram o PMSBV, pode não se utilizar do plano, em sua totalidade, para orientar suas ações no saneamento em Viçosa. É importante destacar que isso já vem ocorrendo como Plano Diretor elaborado em 2000, expressando a força política dos especuladores e do setor da construção civil na cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Traçando um quadro geral a partir das discussões realizadas, podemos concluir que as discussões sobre a água dentro do processo de elaboração do PMSBV não contemplaram toda a complexidade que o tema suscita, além disso, não se vislumbrou espaços para a proposição de alternativas técnicas da população ao modelo apresentado enquanto solução para o saneamento, tendo as soluções se restringido as proposta técnicas apontadas a priori. Todavia, as atas se mostraram de grande riqueza para uma percepção, mesmo que exploratória, de como foi apropriado pela população esse tema.

Outro ponto fundamental que ficou visível a partir da leitura das atas são elementos que nos permitem perceber as diferentes formas de apropriação material e simbólica dos recursos do território pelas comunidades e pelos bairros, sobretudo entre as comunidades rurais e os bairros urbanos. Isso é de fundamental importância no processo de planejamento, que tende a perceber o espaço enquanto algo homogêneo não tendo a possibilidade de inserção nesse processo de toda essa complexidade, implicando diretamente nas discussões, deliberações e implementação das soluções técnicas para os problemas que afligem essas comunidades.

Temos que levar em consideração, ainda, que os técnicos trabalham sob estruturas de condicionamento. Esse talvez seja um dos grandes problemas do planejamento, ou seja, o emprego generalizado de técnicas homogêneas para situações espaciais distintas. O planejamento deveria se adequar as especificidades locais, de modo a responder melhor a seus problemas e aos problemas de cada situação geográfica. Além disso, as estruturas de poder existentes na administração pública fazem com que o planejamento seja implementado de forma parcial atendendo, em sua maior extensão, à interesses particulares.

As distintas formas de apropriação dos recursos presentes no espaço, também vão se refletir no controle e autonomia desses recursos pela população de determinados lugares. Como apontamos acima, formas tradicionais de interação com a água estão se perdendo em função de um modelo civilizatório hegemônico e, conseqüentemente, de utilização desses recursos. No caso de Viçosa, o modelo de desenvolvimento urbano adotado vem trazendo conseqüências graves a sua população, dentre essas a degradação dos recursos hídricos que abastecem a cidade.

Diante desse quadro, podemos afirmar que há indícios de um conflito ambiental, em curso no município em torno da apropriação material e simbólica da água, assim como em suas dimensões ligadas a durabilidade e interatividade (Acselrad, 2004). No que se refere à apropriação material do espaço, essa ocorre através de uma estrutura de poder econômico e político, que traz conseqüências graves para a população e para o meio ambiente, visto o exemplo flagrante da especulação imobiliária. E essa apropriação é legitimada pelo poder público através dos órgãos de planejamento, do SAAE e dos conselhos deliberativos ligados ao meio ambiente, fundamentalmente, a partir da imposição de discursos arbitrários, categorias e noções sobre o espaço que, em última instância, requerem a legitimidade de interesse público.

Nos aspectos ligados a durabilidade, podemos verificar que o abastecimento de água na cidade vem dando sinais de fadiga, ameaçando as formas de apropriação e utilização da água determinados grupos e extinguido outras, como os usos tradicionais que mencionamos anteriormente. Portanto, as práticas de apropriação do mundo material pressupõem uma determinada durabilidade das condições material para o seu exercício. O conflito ambiental envolve esses grupos sociais com modos diferentes de apropriação, uso e significação do território, e a gênese desse conflito ocorre quando pelo menos um dos grupos tem continuidade das formas sociais de apropriação do meio ameaçadas por impactos decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

No caso de Viçosa, a apropriação do território e de seus recursos por grupos sociais que detém o poder político de econômico ameaça a continuidade das formas de apropriação da água de outros grupos. No caso de um grave problema no abastecimento na cidade, provavelmente, a parcela que será mais atingida será conseqüentemente a população mais pobre, urbana ou rural.

Essas implicações ligadas à durabilidade estão diretamente relacionadas à interatividade, que colocam em lados oposto atores sociais que desenvolvem diferentes formas técnicas, sociais, culturais e simbólicas de apropriação da água de um mesmo território ou territórios conexos, o que nos autoriza a afirmar que a água neste caso deve ser entendida enquanto território, como nos sugeriu Porto-Gonçalves (2006), pois nos remete a complexa inscrição da sociedade na natureza e às relações sociais e de poder que estão intimamente imbricadas na relação sociedade/natureza.

A relação entre sociedade e natureza é mediada, desde o século XVII e XVIII, por um modelo de desenvolvimento hegemônico pautado na racionalidade científica e



instrumental sob a égide do mercado, como o modelo de produção agrícola, de industrialização, de urbanização. Esse modelo tenta ganhar fôlego se reinventado no atual período de globalização neoliberal mediante a constatação de que séculos de dilapidação dos recursos naturais do planeta podem colocar em risco a suposta linearidade desse processo.

Uma das soluções apontadas para a crise ambiental e a suposta escassez dos recursos naturais, defendida atualmente por organismos internacionais como FMI e o Banco Mundial, é a privatização dos recursos que ainda não são controlados pelo mercado, como já apontamos acima com base em Porto-Gonçalves (2006).

Um dos aspectos mais presentes em Viçosa desse modelo de desenvolvimento está ligado ao modelo de urbanização que vem causando desequilíbrios locais no ciclo hidrológico e todas as conseqüências apontadas acima. Pelas perspectivas e reflexões, a partir da análise das reuniões públicas do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa, e pela percepção, mesmo que de maneira geral e introdutória da questão do abastecimento, acesso e controle da água no município, há elementos que nos permitem vislumbrar, caso essa situação continue como está, um quadro de acirramento dos conflitos ambientais em Viçosa em futuro não muito distante em torno da água.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13 – 35.

ARRETCHE, Marta. *Políticas sociais no Brasil: descentralização de um Estado federativo*. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Arretche.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2010.

BERDAGUE, Camila; GOMES, Eliane Cavalcanti. Percepção ambiental: a cidade versus seu rio. In: FONTES, Luiz Eduardo F., FERNANDES, Raphael Bragança Alves; RODRIGUES, Jaqueline Sucupira. *Recursos hídricos e percepção ambiental no município de Viçosa, MG*. Luiz Eduardo F. Fontes, Raphael Bragança A. Fernandes, Jaqueline Sicupira Rodrigues, Editores. Viçosa, 2006. p. 61-122.

BRASIL. Ministério das Cidades. Lei Federal nº 11.445, de 08 de janeiro de 2007. Estabelece as Diretrizes Nacionais e Política Federal para o Saneamento Básico. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 de janeiro de 2007.

BRASIL. *Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental*. Disponível em:<<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/saneamento-ambiental/secretaria-nacional-de-saneamento-ambiental>>. Acesso em: 05 de maio de 2010.

BRASIL. *Ministério das Cidades*. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/saneamentoambiental/acoes/plansab/plano-nacional-de-saneamento-basico>>. Acesso em: 10 de maio de 2010.

CAPELETE, Bruna Cesca; PIMENTA, João Francisco de Paula. *Previsão da demanda de água na área urbana: contribuições à atualização do Plano Diretor de Esgotos de Viçosa-MG*. Viçosa, 2008. 60 f. Projeto de Conclusão de Curso (Graduação em engenharia ambiental) – Universidade Federal de Viçosa, MG, 2008.

CUSTÓDIO, Vanderli. *A retomada do planejamento federal e as políticas públicas no ordenamento do território municipal: a temática das águas e do saneamento*. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/rdg/RDG\\_16/Vanderli\\_Cust%C3%B3dio.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/rdg/RDG_16/Vanderli_Cust%C3%B3dio.pdf)>. Acesso em: 12 de maio de 2010.

CRUZ, T.A. et al. *Retrato Social de Viçosa 2007*. Viçosa: CENSUS, 2008.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. P. 121 - 192.

OLIVEIRA, Cristiane Fernandes de. *Água e Saneamento Básico: A atuação do Grupo Suez em Limeira e Manaus*. 2007, 233f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01062007-131026/>>. Acesso em: 28 de abril de 2010.

PORTES, Raquel de Castro et al. *Determinação da Fragilidade ambiental da bacia hidrográfica do ribeirão São Bartolomeu, Viçosa – Minas Gerais, Brasil, através de geoprocessamento e análise multicritério*. Disponível em: <[http://egal2009.easyplanners.info/area07/7131\\_de\\_Castro\\_Portes\\_Raquel.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/area07/7131_de_Castro_Portes_Raquel.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PANIAGO, M.C.T. *Evolução Histórica e Tendências de Mudanças Sócio-culturais na Comunidade de Viçosa – MG*. 1983. 407 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1983.

RIBEIRO FILHO, G. B. *A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG*. 1997. 244 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

## **ANEXOS**

**ANEXO 1: Atas das reuniões públicas realizadas pela equipe técnica do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa.**

**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE VIÇOSA - PMSBV**

**MEMÓRIA DE REUNIÃO**

**DATA:** 18 de agosto de 2009

**LOCAL:** Escola da Comunidade do Pau de Cedro

**COMUNIDADE:** Pau de Cedro (comunidade rural)

**ASSUNTO:**

32ª Reunião Pública do Diagnóstico Participativo do Plano Municipal de Saneamento Básico.

**PARTICIPANTES:**

A reunião na comunidade do Pau de Cedro contou com a presença de 30 pessoas. Desse total, quatro pessoas eram membro da comissão executiva de elaboração do PMSBV.

- **Membros da Comissão Executiva:**

[REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED]

**PAUTA:**

- 1) **Exibição do Vídeo institucional do SAAE;**
- 2) **Abertura da reunião;**
- 3) **Auto-apresentação de todos os participantes;**
- 4) **Apresentação da pauta;**
- 5) **Contrato de convivência;**
- 6) **Apresentação das etapas do Plano;**
- 7) **Construção do diagnóstico;**
- 8) **Reconhecimento de prioridades e emergências;**
- 9) **Escolha dos delegados;**
- 10) **Agradecimentos e encerramento da reunião.**

**Desenvolvimento:**

- 1) **Exibição do Vídeo institucional do SAAE:**

Antes do início da reunião foi exibido o vídeo institucional do SAAE que traz uma abordagem sobre a importância do saneamento e algumas ações promovidas pela autarquia na cidade de Viçosa.

**2) Abertura da reunião:**

Após a exibição do vídeo foi feita a abertura da reunião pelo [REDACTED] que conduziu a reunião.

**3) Auto-apresentação dos participantes:**

Objetivando uma maior aproximação com os representantes da comunidade presentes foi proposta uma auto-apresentação, onde cada pessoa pudesse dizer seu nome e o lugar onde mora.

**4) Apresentação da Pauta da Reunião:**

Feita a auto-apresentação, [REDACTED] apresentou a pauta da reunião para melhor esclarecer quais seriam as etapas desta.

**5) Contrato de Convivência:**

Tendo como referência a pauta da reunião, bem como tudo o que se pretendia com ela, foi proposto aos presentes que se estabelecesse um contrato de convivência, cujo objetivo principal seria deliberar o horário de término da reunião e alguns princípios para o bom andamento da reunião e que todos pudessem se expressar.

**6) Apresentação dos objetivos e etapas de elaboração do PMSBV com ilustrações:**

Para melhor esclarecer os objetivos da elaboração de um plano municipal de saneamento básico para Viçosa e, conseqüentemente, todas as etapas de seu processo de elaboração foi feita uma apresentação para os presentes por [REDACTED], engenheira ambiental e membro da equipe executiva de elaboração do PMSBV. Cláudia destacou, sobretudo, além dos assuntos citados anteriormente, a importância basililar da participação popular no processo.

**7) Apresentação de fotos da comunidade:**

Subseqüente a etapa relatada anteriormente, foi realizada a exposição de fotos da comunidade. Esta etapa da reunião objetiva sensibilizar os presentes e estimular um sentimento de pertencimento para com o lugar onde vivem.

**8) Construção do diagnóstico:**

“A água parou a uma distância longe em frente à igreja, no Córrego Jacinto e não chega ao Pau de Cedro”.

“É difícil o caminhão vir à zona rural, mas precisa de latão na Escola e na Igreja”.

“Rede de esgoto que às vezes cai no córrego e faz mal à comunidade. Tem lugar que precisa de fossa seca. Podia ver um caminhão e limpar de vez em quando. Só fazer fossa não adianta porque dá água”.

“Tem que jogar o esgoto em outro lugar, pois tem casas perto do córrego. Tem que achar uma solução para isto”.

“A água vai até a Poca, deveria ir até o Pau de Cedro”.

“O esgoto é jogado no córrego, se tirar melhora”.

“Se todo mundo colocar o lixo em um lugar só melhora”.

“Quando comecei trabalhar na escola não tinha água. Tinha que caminhar um monte. Depois que colocaram água aqui melhorou demais da conta. Na minha casa falta água de vez em quando. Isso é na comunidade toda. Acontece quando dá problema na bomba”.

“Fiz um fossa séptica porque as pessoas usam a água, as crianças. Mas não é todo mundo que pode fazer uma. Quem não pode como faz?”

“Nas contas de água vêm escrito serviço de água e esgoto. O SAAE é quem toma conta? Aqui não tem tratamento de esgoto e nem rede e a gente paga”.

“A água de chuva na zona rural é normal mas quando chove a estrada fica muito ruim”.

“Precisa muito de filtro e bebedouro para as crianças na escola e na igreja”.

“No córrego pega mancha e pega xistose”.

**9) Leitura e aprovação dos problemas levantados pelos participantes:**

Após a realização do diagnóstico foi feita a leitura do diagnóstico e aprovação do mesmo pelos representantes da comunidade presentes.

**10) Reconhecimento de prioridades e emergências:**

- 1) Expansão da rede de água
- 2) Coleta e tratamento do esgoto
- 3) Lixo
- 4) Retirada da água de chuva das estradas

**11) Escolha dos delegados.**

**Titulares:**

Nome: [REDACTED]

Endereço: Córrego Jacinto

Telefone: [REDACTED] (orelhão)

Nome: [REDACTED]

Endereço: Córrego Jacinto

Telefone: [REDACTED] (orelhão)

Nome: [REDACTED]

Endereço: Pau de Cedro

Telefone: [REDACTED]

**Suplentes:**

Nome: [REDACTED]

Endereço: Poca

Telefone: [REDACTED] (orelhão pela manhã)

Nome: [REDACTED]

Endereço: Pau de Cedro

Telefone: [REDACTED]

Nome: [REDACTED]

Endereço: Poca

Telefone: [REDACTED] (orelhão)



## **PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE VIÇOSA - PMSBV**

### **MEMÓRIA DE REUNIÃO**

**DATA:** 23 de julho de 2009.

**LOCAL:** Igreja de Santa Clara

**COMUNIDADE:** Bairros: Santa Clara, Maria Eugênia, Betânia, JK, Morada do Sol.

**ASSUNTO:**

27ª Reunião Pública do Diagnóstico Participativo do Plano Municipal de Saneamento Básico.

**PARTICIPANTES:**

Nesta reunião estiveram presentes um total de 26 pessoas, sendo 7 integrantes da equipe técnica de elaboração do PMSBV e 2 pessoas membros do SAAE.

Membros da Comissão Executiva:

[REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED]

- Membros do SAAE:

[REDACTED]  
[REDACTED]

**PAUTA:**

- 11) **Exibição do Vídeo institucional do SAAE;**
- 12) **Abertura da reunião;**
- 13) **Auto-apresentação de todos os participantes;**
- 14) **Apresentação da pauta;**
- 15) **Contrato de convivência;**
- 16) **Apresentação dos objetivos e das etapas do Plano;**
- 17) **Construção do diagnóstico;**
- 18) **Leitura das transcrições dos problemas e aprovação pelos presentes;**
- 19) **Reconhecimento de prioridades e emergências;**
- 20) **Escolha dos delegados;**

**21) Agradecimentos e encerramento da reunião.**

**Desenvolvimento:**

**12) Exibição do Vídeo institucional do SAAE:**

A exibição do vídeo institucional do SAAE iniciou-se às 19h45min terminou às 19h55min.

**13) Abertura da reunião:**

A abertura da reunião foi feita por [REDACTED] às 19h55min, que explicou, de maneira sucinta, para os presentes os objetivos da reunião.

**14) Auto-apresentação dos participantes:**

A auto-apresentação foi feita após a abertura da reunião. Nesta dinâmica cada pessoa presente disse o nome e o lugar onde mora. O objetivo da auto-apresentação é promover uma maior aproximação entre os representantes da comunidade e a equipe técnica.

**15) Apresentação da Pauta da Reunião:**

Em seguida [REDACTED] apresentou a pauta da reunião objetivando explicitar quais seriam as etapas e os principais pontos que serão discutidos com a população e, sobretudo a importância da participação popular no processo de elaboração do plano.

**16) Contrato de Convivência:**

Tendo o contrato de convivência como referência foi proposto um contrato de convivência com os representantes do bairro presentes. Dessa forma, ficou deliberado que a reunião terminaria às 21h15min, além disso, e que a forma das pessoas se manifestarem seria por meio de inscrição, para um melhor aproveitamento do tempo e da reunião.

**17) Apresentação dos objetivos e das etapas de elaboração do PMSBV:**

Para melhor esclarecer aos presentes o processo que resultou na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa, foi feita uma apresentação por [REDACTED], que além fazer um pequeno histórico da realização do Plano, destacou seus objetivos assim com as etapas para sua elaboração e a importância da participação popular.

**18) Construção do diagnóstico:**

“Sujeira nas ruas. Ruas abandonadas, aspectos ruim, muito mato, rato esta um absurdo”.

“Av. JK, no final tem um bueiro tampado”.

“Em frente a casa 1095 tem um bueiro todo tampado”.

“Quando chove desce uma enxurrada intensa nas ruas Capitão Arnaldo que as pedras que as pedras saem todas, não fica nenhuma”.

“Desce um pedaço de barranco que quase derrubou casas”.

“Da rua Nhandá Senhora Simonini desce enxurrada, entra no mato em frente ao grupo Pedro Gomide Filho. Eles colocaram saco de areia, mas as crianças rasgam e quando vem a chuva leva tudo. Deveria colocar meio fio”.

“A Rua em baixo da Nhandá esta interditada por causa da chuva”.

“As rua estão cheias (tampadas) de mato, parece trilha de roça. Antes passava gente da prefeitura capinando”.

“O Santa Clara é corrente de tudo. Tem uma praça que está mais para estábulo (animais, cachorro e carrapato)”.

“Em relação ao lixo, tem pessoas que colocam o lixo depois que o caminhão passa e quando eles vêem que o caminhão passou muito antes eles colocam nos terrenos baldios”.

“Os donos dos lotes vagos não limpam os lotes”.

“Não tem escoamento nenhum, a água toda caiu no Betânia e Capitão Arnaldo. Eles foram à prefeitura, mas nada foi feito”.

“Tem rua que não tem passeio, tem que avisar os moradores para fazer o passeio.”

“Tem caçamba de entulho que vem lá de baixo para jogar na rua Francisco Ferreira de Paula inclusive caminhão da prefeitura”.

“Rua José Sabino Alves (Morada do Sol) jogam lixo no início da rua”.

“chamavam de área verde, mas só esconde lixo”.

“tem mato nos lotes. Os moradores têm roçar para poder passar”.

“No Bairro Betânia jogam lixo, usam drogas, esconde bandido na rua abaixo do grupo em lote vago, não estão limpando depois que interditaram”.

“Na entrada do loteamento Morada do Sol faltam 2 (dois) postes de luz”.

“Tem boi e um monte de bicho solto, carrapato”.

“Fracasso de energia elétrica nas Ruas José Zaidan, José do Carmo Dias, José Guimarães de Souza. É só dá sinal de chuva que acaba a luz nas Ruas Otávio Batista Coelho, José silva Lima, Raimundo Albino, Ivone Lentine, Gabriel Brumano, Francisco Dourado Fontinelle”.

“Não tem condições de ligar chuveiro em três casas nesse horário. Tem 15 anos que prefeitura enrola”.

“Na Rua Fabiano Zanotti tem barranco caído que a chuva levou e lotes sujos. O calçamento foi feito, mas está por cima do Posso de Visita, está tudo caindo em volta”.

“Na Rua Marly de Azevedo é muito perigoso carregar alguém quando chove”.

“Precisa canalizar o bairro todo”.

“A água vem da Rua José Mairink encontra com a Rua Fabiano Zanoti e divide entre a Rua Marly de Azevedo e a Rua Adelino Martins Azevedo. Quem paga o pato é quem está lá em baixo na Rua Álvaro Gouveia”.

“Morador diz que está cansado de limpar lotes dos outros”.

“Caiu um barranco que está prejudicando o lote na Rua Adelino Martins Azevedo”.

“Na Rua José Sabino Alves não tem varredor, passa lixeiro, mas não pega tudo. Só passa terça-feira e quinta-feira e sábado. Não pega todas as casas e tem vez que não passa na rua, principalmente aos sábados. Tem que pegar o lixo e voltar para dentro”.

“Quem trabalha na coleta não dá conta de pegar tudo, tem dois lixeiros somente”.

“Tem que organizar a coleta de lixo”.

“Tem cavalo e boi comendo o lixo”.

“no final da Rua José Dias do Carmo desce tudo no barranco ao lado do escadão (vem da Rua José Guimarães, José da Silva Lima, Raimundo Albino e Ivone Lentine)”.

“No Morro do Cruzeiro não tem passeio, tem rede pluvial, mas não dá vazão”.

“A água da chuva não tem como sair”.

“Todas as ruas do bairro não tem rede pluvial”.

“Na Rua Vicentina tem problema com fossa séptica, algumas casas que estão abaixo do nível da rua, algumas tem fossa outras não tem nada e o esgoto corre à céu aberto”.

“Esgoto escorre no sítio, cai atrás das coisas a céu aberto”.

“Casa abandonada com bandido escondido. O dono limpa o lote e quando o mato seca, outra pessoa risca um fósforo e pega fogo”.

#### **19) Leitura e aprovação do diagnóstico pelos representantes da comunidade:**

Após a realização do diagnóstico foi feita uma leitura das anotações feitas pela equipe das falas dos participantes da reunião e posteriormente ocorreu a aprovação pelos presentes.

**20) Reconhecimento de prioridades e emergências:**

- 1) Rede pluvial;
- 2) Lixo;
- 3) Fossa séptica;
- 4) Animais na rua.

**21) Escolha dos delegados.**

**Titulares:**

Nome: [REDACTED]  
Endereço: Av. Vicentina Quintão de Barros [REDACTED], Bairro Santa Clara  
Contato: [REDACTED]

Nome: [REDACTED]  
Endereço: Rua José Guimarães de Souza [REDACTED], Santa Clara.  
Contato: [REDACTED]

Nome: [REDACTED]  
Endereço: Rua Fabiano Zanote [REDACTED]  
Contato: [REDACTED]

**Suplentes:**

Nome: [REDACTED]  
Endereço: Rua Capitão Arnaldo [REDACTED], Bairro Betânia.  
Contato:

Nome: [REDACTED]

Endereço: Rua José Sabino Alves n[redacted], Santa Clara – Morada do Sol.

Contato: [redacted]

Nome: [redacted]

Endereço: Av. JK [redacted], Santa Clara.

Contato: [redacted]

**ANEXO 2: Roteiro da entrevista semi-estruturada realizada com os coordenadores executivo e de mobilização social do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa.**

1. Qual era, em sua opinião, a importância e os principais objetivos das reuniões públicas com a população?
2. Como você avalia a participação da população no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa?
3. Qual sua avaliação da metodologia utilizada nas assembleias com a população?
4. Como você avalia os resultados alcançados pelas reuniões públicas?
5. Em sua opinião a metodologia utilizada favoreceu o entendimento do saneamento pela população, possibilitando uma apropriação e discussão do assunto?
6. Em sua opinião a população demonstrou nas reuniões conhecimento dos fatores que acarretam os problemas na área do saneamento no município? Poderia justificar sua resposta.
7. Analisando as atas das reuniões públicas de diagnóstico participativo foi possível verificar que os problemas relacionados ao abastecimento de água não foram citados em algumas reuniões e em outras não aparecem entre os principais problemas dos bairros ou da cidade relacionados ao saneamento. Entretanto, a cidade nos períodos de seca vive um grande problema com a vazão na sua principal bacia de capacitação e, conseqüentemente, com o abastecimento de água. Qual a sua opinião sobre isto?  
Você acredita o poder público, a prefeitura e os vereadores, acreditam apenas em uma solução técnica para esses problemas?
8. Em sua opinião, a população teve ou tem acesso a informações (jornais, SAAE, poder público) que possibilitem um entendimento mais amplo do processo de abastecimento de água da cidade e seus problemas?
9. Quais são, no seu entendimento, os principais processos ou fatores que contribuíram para os problemas relacionados ao saneamento enfrentados no município de Viçosa atualmente?
10. Quais os principais problemas enfrentados pela equipe, principalmente em relação ao processo de mobilização, ao longo do processo de elaboração do Plano e os conseqüentes impactos desses?